



# GUIA PRÁTICO

## Mitigação dos efeitos do COVID-19 nas empresas

Versão 17 | 03 de fevereiro de 2021

## Índice

1. Linhas de Crédito.....	5
1.1. Linhas de apoio às Pequenas Empresas e Microempresas .....	5
1.1.1. No âmbito do Turismo.....	5
1.1.2. Linha de Apoio à Economia COVID-19 – Micro e Pequenas Empresas .....	5
1.1.3. Linha de Apoio à Economia COVID-19 – Apoio às Médias Empresas, Small Mid Caps e Mid Caps .....	6
1.1.4. Linha para empresas de apoio a eventos .....	6
1.1.5. Linha de apoio à indústria exportadora.....	6
1.1.6. Linha de apoio às Grandes Empresas dos setores mais afetados .....	7
1.1.7. Apoio à Qualificação da Oferta Turística .....	7
1.2. Linha de crédito no âmbito da Pesca.....	7
1.2.1. Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca.....	8
1.3. Medidas excecionais de proteção dos créditos .....	9
1.3.1. Requisitos a cumprir por parte das empresas para ter acesso às medidas. ....	11
1.3.2. Relativamente a Pessoas Singulares, Empresários em nome individual e outras entidades. ....	12
1.3.3. Acesso à moratória.....	13
1.3.3.1. Novidades no âmbito da Moratória .....	13
1.4. Linha FIS Crédito.....	14
2. Incentivos .....	15
2.1. O que irá ocorrer no âmbito do Portugal 2020?.....	15
2.1.1. Reprogramação de projetos .....	16
2.1.1.1. Projetos em fase de Investimento .....	16
2.1.1.2. Projetos física e financeiramente concluídos .....	17
2.2. Mar 2020.....	17
2.2.1. Medidas de agilização de pagamentos:.....	17
2.2.2. Outros apoios financeiros.....	18
2.2.3. Segurança Marítima .....	19
2.3. Agricultura - Programa de Desenvolvimento Rural 2014 -2020 (PDR 2020).....	19
2.3.1. Medidas relativamente à ação «Silvicultura Sustentável» e à medida «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais».....	20
3. Obrigações Fiscais .....	20

3.1. Novas datas relativamente a obrigações fiscais .....	20
3.2. Entidades abrangidas pelo diferimento do pagamento de contribuições .....	21
4. Segurança Social.....	22
4.1. No âmbito da Segurança Social: .....	22
4.2. Subsídios pela doença COVID-19.....	22
4.3. Apoio extraordinário de proteção social .....	22
5. Alterações relativamente à Certificação PME .....	23
6. Medidas relativas a Instituições Particulares de Solidariedade Social (e entidades equiparadas) ..	24
7. Situações de arrendamento relativamente a contratos de arrendamento urbano não habitacional. .....	25
8. Medidas de apoio a Startups.....	26
8.1. Startup RH Covid-19 .....	26
8.2. Startup Voucher .....	27
8.3. Vale Incubação Covid-19 .....	27
8.4. “Mezzanine” funding for Startups .....	28
8.5. Instrumento Covid-19 - Portugal Ventures.....	28
8.6. Fundo 200M .....	28
8.7. Fundo co-investimento para a inovação social.....	29
9. Concessão de garantias no âmbito da pandemia da doença COVID-19. ....	29
10. Plano de Desconfinamento e Reabertura da Economia .....	30
10.1. Medidas a adoptar – Regras Gerais .....	30
11. Programa de Estabilização Económica e Social .....	32
11.1. Incentivos no âmbito do Emprego e das Empresas .....	32
11.1.1. No âmbito do Lay - Off .....	32
11.1.2. Incentivo financeiro extraordinário à normalização da atividade empresarial .....	33
11.1.3. Taxa Social Única .....	35
11.1.4. Complemento de estabilização - Bónus para Trabalhadores em Lay-Off .....	35
11.1.5. Apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial com redução temporária do período normal de trabalho.....	36
11.1.5.1 Atualização: .....	39
11.1.6. Medida de revisão do regime do apoio à retoma progressiva .....	40
11.1.7. Apoio à Retoma Progressiva – 2021 .....	40
11.2. Programa Reforçado de Apoios ao Emprego.....	41

11.2.1. + COESO Emprego .....	41
11.2.2. +COESO Emprego URBANO .....	42
11.2.3. +COESO Emprego Empreendedorismo Social.....	44
11.3. Relativamente a Trabalhadores Independentes e Informais .....	44
11.4. Linhas de apoio à Cultura .....	45
11.4.1. Linha de apoio social aos artistas, autores, técnicos e outros profissionais das artes .....	45
11.4.2. Linha de apoio à adaptação dos espaços às medidas decorrentes da COVID-19 .....	45
11.4.3. Linha de apoio às entidades artísticas profissionais .....	46
11.5. Complemento de estabilização familiar .....	47
11.6. Inovação COVID/I&D COVID .....	47
11.7. PMECrescer+: Programa de aceleração de PME.....	48
12. Regras de Higiene a adoptar .....	48
13. Regras de ocupação, permanência e distanciamento físico .....	49
13.1. Restauração e similares – Condições de funcionamento .....	50
13.2.3. Feiras e mercados - Condições .....	51
14. Emprego Interior MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável.....	52
15. Contabilidade .....	54
15.1. Limitação extraordinária de pagamentos por conta em sede de IRS ou IRC de 2020.....	54
15.2. Devolução antecipada de pagamentos especiais por conta não utilizados .....	55
15.3. Incentivo às reestruturações empresariais.....	55
15.4. Regime excecional de pagamento em prestações para dívidas tributárias e dívidas à segurança social .....	56
15.5. Diminuição dos prazos de garantia para acesso a prestações de desemprego e ao subsídio por cessação de atividade.....	57
16. Apoio ao investimento no sector agroalimentar agrícola.....	58
17. Programa Adaptar Social + .....	58
18. Promoção Turística.....	60
19. Organização de feiras, congressos e outros eventos similares .....	61
20. APOIAR.PT .....	62
20.1. Novidades no âmbito do Apoiar.pt .....	66
20.2. APOIAR.PT 2021 .....	67
20.2.1. Extensão e reforço do apoio.....	68
20.2.1.1. Empresas cuja atividade se encontra encerrada por determinação legal ou administrativa	68

20.2.1.2. Apoio extraordinário à manutenção da atividade no 1º trimestre de 2021 .....	69
20.2.1.3. Empresas cuja atividade se encontra encerrada por determinação legal ou administrativa (1º trimestre de 2021) – com majoração. ....	69
20.2.2. APOIAR – micro e pequenas empresas (Reforço) .....	69
20.2.3. APOIAR – Médias empresas .....	70
20.2.4. APOIAR + Simples .....	70
20.2.5. APOIAR – Rendas .....	72
20.2.6. Informação Adicional .....	73
21. APOIAR RESTAURAÇÃO - Apoio ao setor da restauração no âmbito do recolher obrigatório .....	74
21.1. Alterações ao APOIAR RESTAURAÇÃO .....	75
22. Regime extraordinário de diferimento de obrigações fiscais e contributivas relativas aos meses de novembro e dezembro de 2020 .....	76
23. Medidas excecionais aplicáveis aos empreendimentos turísticos .....	76
24. Alteração ao apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial .....	77
25. ADAPTAR - Nova data .....	78
26. Medida de Apoio Excecional aos Artesãos e às Unidades Produtivas Artesanais .....	78
27. Novos instrumentos de apoio à situação de tesouraria das empresas .....	79
27.1. Apoio a fundo perdido em custos com rendas não habitacionais .....	80
27.2. Medidas dirigidas aos estabelecimentos encerrados desde março .....	80
27.2.1. Regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional .....	80
27.2.2. Acesso ao APOIAR.PT .....	81
27.3. Linha de crédito destinada a inquilinos e senhorios .....	81
27.4. Apoio simplificado para microempresas .....	82
27.5. Fundo de tesouraria para micro e pequenas empresas .....	82
28. Cumprimento de obrigações fiscais .....	82
28.1. Prorrogação da suspensão de verificação do requisito de não existência de dívidas ao IEFP ....	83
29. Tabela - Resumo de medidas de Apoio ao Emprego - 2021 .....	83
30. Apoios no âmbito da Cultura – 2021 .....	85
30.1. Programa Garantir Cultura .....	85
30.2. Apoio a trabalhadores da Cultura .....	85
31. Apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores .....	85

## 1. Linhas de Crédito

### 1.1. Linhas de apoio às Pequenas Empresas e Microempresas

#### 1.1.1. No âmbito do Turismo

No âmbito do Turismo, foi criado o Apoio a Microempresas da área do Turismo, como extensão do apoio financeiro da linha destinada às microempresas do Turismo, cujo 20% do valor concedido pode ser convertido em incentivo não reembolsável (caso sejam mantidos os postos de trabalho no período entre 29 de fevereiro de 2020 e 30 de junho de 2020) e que pode ser utilizado como método complementar de outros auxílios que podem ser requeridos pelas empresas.

Esta linha possui dotação de € 90 Milhões e o apoio será contabilizado consoante os postos de trabalho existentes a 29 de fevereiro de 2020, x3 meses, no valor de € 750 mensais não podendo exceder o montante de € 20.000.

#### 1.1.2. Linha de Apoio à Economia COVID-19 – Micro e Pequenas Empresas

De modo a aceder a este apoio as empresas deverão ter a sua Certificação PME atualizada, podendo ser este apoio estendido aos Empresários em Nome Individual (desde que estes também tenham Certificação PME).

As empresas deverão ter sede em Portugal e ter a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Instituto da Segurança Social. Deverão ter uma quebra de pelo menos 40% da faturação, sendo que não podem encontrar-se em situação de empresa em dificuldades.

### 1.1.3. Linha de Apoio à Economia COVID-19 – Apoio às Médias Empresas, Small Mid Caps e Mid Caps

Esta linha de apoio possui uma dotação de € 400 milhões, com o apoio máximo de € 2 milhões, no caso das Small Mid Cap e Mid Cap e € 1.5 milhões no caso das médias empresas.

De modo a serem elegíveis, as empresas deverão manter os postos de trabalho até 31 de dezembro de 2020.

As empresas deverão ter sede em Portugal e ter a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Instituto da Segurança Social. Deverão ter uma quebra de pelo menos 40% da faturação (relativamente à média mensal de faturação no período de março a maio de 2020, comparativamente à média mensal de faturação decorrente dos dois meses anteriores a esse período, ou ,também, face à média mensal de faturação no período homólogo do ano anterior), sendo que não podem ter sido consideradas, a 31 de dezembro de 2019, como empresa em dificuldades.

### 1.1.4. Linha para empresas de apoio a eventos

Esta linha destina-se a empresas de apoio a eventos, como por exemplo: empresas de montagem de stands em feiras; empresas no âmbito da iluminação, som ou audiovisual, entre outras empresas que forneçam este tipo de apoio e tenham sofrido quebras na sua atividade.

Nesta linha, 20% do valor do crédito será convertido em subsídio a fundo perdido, se for verificada a manutenção dos postos de trabalho até ao final de 2020.

### 1.1.5. Linha de apoio à indústria exportadora<sup>1</sup>

Esta linha destina-se a empresas do ramo da indústria com elevado volume de negócios proveniente de exportações de bens.

---

<sup>1</sup> Informação presente na Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2020.

O crédito fornecido à empresa será determinado consoante o número de postos de trabalho.

Ocorrerá uma conversão de 20% do crédito concedido em subsídio a fundo perdido em caso da manutenção dos postos de trabalho (no final do ano de 2021, comparativamente a quando foi efetuada a candidatura).

#### **Novidade no âmbito desta linha<sup>2</sup>:**

Alargamento em 300 M € da linha previamente anunciada. Esta linha passará a incluir, como potenciais beneficiárias, as empresas que operam no setor do turismo com peso significativo na exportação.

Por cada posto de trabalho as empresas têm acesso a um crédito de € 4000, sendo que 20% desse crédito poderá ser convertido em subsídio a fundo perdido no final de 2021, se forem mantidos os postos de trabalho (são cerca de 800€ por cada posto de trabalho a fundo perdido).

As candidaturas para esta linha de crédito irão iniciar-se a 18 de janeiro de 2021.

#### 1.1.6. Linha de apoio às Grandes Empresas dos setores mais afetados

Esta linha, ainda por lançar, prevê uma dotação de € 750 Milhões, cerca de € 10 milhões por empresa, para empresas no âmbito do Turismo, Restauração, entre outros.

#### 1.1.7. Apoio à Qualificação da Oferta Turística

Esta linha, de dotação de cerca de € 300 milhões, será utilizada como forma de investimento, para renovar e adaptar as instalações turísticas à procura que possa existir em 2021.

#### 1.2. Linha de crédito no âmbito da Pesca<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Novidade proveniente do Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Decreto-Lei n.º 15/2020 de 15 de abril.



Esta linha, com juros bonificados, cujo montante não pode exceder € 20 000 000 na sua totalidade (e não poderá exceder €120 000 brutos por beneficiário), destina-se a auxiliar os operadores do setor da pesca, disponibilizando um meio de continuar a sua atividade, tanto para as empresas como para as organizações de produtores e indústria de transformação.

Esta linha destina-se a “disponibilizar meios financeiros para aquisição de fatores de produção, para fundo de maneiio ou tesouraria, designadamente para a liquidação de impostos, pagamento de salários e renegociação de dívidas junto de fornecedores, de instituições de crédito ou demais entidades habilitadas por lei à concessão de crédito”<sup>4</sup>.

De modo a aceder esta linha, poderá contactar o IFAP, sendo que o empréstimo terá um período máximo de duração de 6 anos a contar da data de celebração do contrato, mas a utilização do mesmo não deverá exceder um período de 1 ano, devendo os juros do empréstimo ser pagos anualmente.

Esta linha destina-se principalmente a pessoas singulares ou coletivas que : se encontrem em atividade efetiva; tenham a sua sede em território nacional; tenham a sua situação contributiva regularizada perante a Administração Tributária e a Segurança Social; estejam legalmente habilitadas no sector das atividades relacionadas com a pesca e não se encontrem com o estatuto de empresa em dificuldade.

### 1.2.1. Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca<sup>5</sup>

Este fundo de compensação destina-se a profissionais da pesca, com baixas retribuições, que foram afetados pela paragem forçada devido ao COVID-19, ou se encontrem limitados no exercício da sua atividade.

De modo a efetuar a candidatura a este apoio, esta deverá ser dirigida ao Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca, sendo que deverá ser comprovado o cumprimento dos requisitos abaixo indicados, assim como que as dificuldades enunciadas nos mesmos começaram a partir de 18 de março.

---

<sup>4</sup> Art. 1º, nº2, Decreto-Lei n.º 15/2020 de 15 de abril.

<sup>5</sup> Criado pelo Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de agosto.

Será atribuída uma compensação salarial a quem se encontre nas seguintes situações<sup>6</sup>:

- Seja comprovado o impedimento do exercício da faina, decorrente de um registo de quebra do valor do pescado igual ou superior a 40 % face ao período homólogo de um dos dois anos anteriores; ou
- Seja comprovada a dificuldade de recrutamento de tripulações por motivo de isolamento profilático decorrente da pandemia da doença COVID-19.

Será também esta medida aplicável aos seguintes grupos<sup>7</sup>:

- Aos viveiristas, titulares individuais de licenças de exploração aquícola com declaração de produção num dos dois últimos anos;
- Aos pescadores licenciados para a pesca apeada e apanhadores, titulares de licença válida, quando exerçam a atividade em regime de exclusividade.

O valor diário da compensação salarial será igual a 1/30 do valor da remuneração mínima mensal garantida aos trabalhadores<sup>8</sup>, não sendo cumulável com subsídio de formação ou prestação substitutiva do rendimento.

O Fundo assumirá, também, o pagamento das responsabilidades ao nível dos pagamentos à Segurança Social, em dezembro de 2020, à taxa que seja aplicável ao regime de segurança social em que os respetivos beneficiários estejam enquadrados.<sup>9</sup>

### 1.3. Medidas excecionais de proteção dos créditos

---

<sup>6</sup> Informação conforme Art. 2º, nº3, do Decreto-Lei n.º 20-B/2020 de 6 de maio.

<sup>7</sup> Conforme Art. 2º, nº1, do Decreto-Lei n.º 20-B/2020 de 6 de maio.

<sup>8</sup> Conforme Art. 5º, nº1 do Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de agosto.

<sup>9</sup> Conforme Art. 7º, nº1, do Decreto-Lei n.º 20-B/2020 de 6 de maio.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 10-J/2020 de 26 de março, encontram-se previstas medidas de proteção às famílias e às empresas, relativamente a matéria de crédito à habitação própria permanente e reforço da sua tesouraria e liquidez, respetivamente.

As medidas enunciadas no Decreto-Lei supramencionado são as seguintes:

- Uma moratória, até 30 de setembro de 2020, que prevê a proibição da revogação das linhas de crédito contratadas, a prorrogação ou suspensão dos créditos até fim deste período.
- Esta moratória aplica-se a operações de crédito concedidas por instituições de crédito, sociedades financeiras de crédito, sociedades de investimento, sociedades de locação financeira, sociedades de factoring e sociedades de garantia mútua, bem como por sucursais de instituições de crédito e de instituições financeiras a operar em Portugal<sup>10</sup>.
- Prestação temporariamente facilitada de concessão de garantias por parte de sociedades de garantia mútua, através do cumprimento de diversos pressupostos.
- Prorrogação, por um período igual ao prazo de vigência da presente medida, de todos os créditos com pagamento de capital no final do contrato, vigentes a 26 de março de 2020, incluindo juros e garantias, designadamente prestadas através de seguro ou em títulos de crédito;
- Suspensão, relativamente a créditos com reembolso parcelar de capital ou com vencimento parcelar de outras prestações pecuniárias, durante o período de vigência da medida, do pagamento do capital, das rendas e dos juros com vencimento previsto até ao término desse período, sendo o plano contratual de pagamento das parcelas de capital, rendas, juros, comissões e outros encargos estendido automaticamente por um período idêntico ao da suspensão, de forma a garantir que não haja outros encargos para além dos que possam decorrer da variabilidade da taxa de juro de referência subjacente ao contrato, sendo igualmente prolongados todos os elementos associados aos contratos abrangidos pela medida, incluindo garantias<sup>11</sup>.
- A extensão do prazo de pagamento de capital, rendas, juros, comissões e demais encargos **não culminará** em incumprimento contratual, ativação de cláusulas de vencimento antecipado, suspensão do vencimento de juros devidos durante o período da prorrogação

---

<sup>10</sup> Conforme Art. 3º nº1 do Decreto-Lei n.º 10-J/2020 de 26 de março.

<sup>11</sup> Art. 4º, nº1, al.c) do Decreto-Lei n.º 10-J/2020 de 26 de março.

(que serão capitalizados no valor do empréstimo com referência ao momento em que são devidos à taxa do contrato em vigor) ou ineficácia ou cessação das garantias concedidas pelas entidades beneficiárias das medidas ou por terceiros, designadamente a eficácia e vigência dos seguros, das fianças e/ou dos avales.

### 1.3.1. Requisitos a cumprir por parte das empresas para ter acesso às medidas.

- De modo a poder beneficiar destas medidas, as **empresas** devem:
  1. Ter sede e exercer a sua atividade económica em Portugal;
  2. Ser classificadas como microempresas, pequenas ou médias empresas<sup>12</sup>;
  3. Não se encontrar, à data de 18 de março de 2020, em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições, ou estando não cumpram o critério de materialidade previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2019 e no Regulamento (UE) 2018/1845 do Banco Central Europeu, de 21 de novembro de 2018;
  4. Não se encontrem em situação de insolvência, ou suspensão ou cessão de pagamentos, ou à data de 18 de março de 2020 estejam já em execução por qualquer uma das instituições;
  5. Tenham a situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social<sup>13</sup>, não relevando até ao dia 30 de abril de 2020, para este efeito, as dívidas constituídas no mês de março de 2020.

---

<sup>12</sup> De acordo com a Recomendação 2003/361/CE da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003.

<sup>13</sup> Na aceção, respetivamente, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

### 1.3.2. Relativamente a Pessoas Singulares, Empresários em nome individual e outras entidades.

Estas medidas são igualmente aplicáveis a pessoas singulares, empresários em nome individual, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos, às demais empresas e entidades da economia social.

1. **Pessoas Singulares** podem beneficiar das medidas implementadas, no que diz respeito a crédito para habitação própria permanente, caso:

- Tenham a sua situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social e não se encontrem em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições;
- Tenham residência em Portugal;
- Se encontrem em isolamento profilático ou de doença ou a prestar assistência a filhos ou netos, tenham sido colocados em redução do período normal de trabalho ou em suspensão do contrato de trabalho, em virtude de crise empresarial; se encontrem em situação de desemprego devidamente registada no IEFP; sejam trabalhadores elegíveis para o apoio extraordinário à redução da atividade económica de trabalhador independente; ou sejam trabalhadores de entidades cujo estabelecimento ou atividade tenha sido objeto de encerramento determinado durante o período de estado de emergência.

2. **Os empresários em nome individual, bem como as instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e as demais entidades da economia social**<sup>14</sup>, podem ser beneficiários das novas medidas tendo domicílio ou sede em Portugal e tendo a sua situação regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social, não se encontrando em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições.

3. **As demais empresas**, independentemente da sua dimensão, que, a 26 de março, tenham sede e exerçam a sua atividade económica em Portugal, tenham a sua situação regularizada junto da

---

<sup>14</sup> Excetuando as que reúnam os requisitos previstos no artigo 136.º do Código das Associações Mutualistas.

Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social e não se encontrem em mora ou incumprimento de prestações pecuniárias há mais de 90 dias junto das instituições.

### 1.3.3. Acesso à moratória<sup>15</sup>.

De modo a ter acesso à moratória, as entidades beneficiárias remetem, por meio físico ou eletrónico, à instituição mutuante uma declaração de adesão à aplicação da moratória: no caso das pessoas singulares e dos empresários em nome individual esta deverá estar assinada pelo mutuário e, no caso das empresas e das instituições particulares de solidariedade social, bem como das associações sem fins lucrativos e demais entidades da economia social, assinada pelos seus representantes legais<sup>16</sup>.

A declaração deverá ser acompanhada da documentação comprovativa da regularidade da respetiva situação na Autoridade Tributária e Aduaneira e na Segurança Social.

As instituições responsáveis deverão aplicar as medidas de proteção previstas no prazo máximo de 5 dias úteis após a receção da declaração e dos documentos comprovativos, com efeitos à data da entrega da declaração, salvo se a entidade beneficiária não preencher as condições de elegibilidade para a moratória. Se as condições não forem preenchidas, as instituições mutuantes devem informá-lo desse facto no prazo máximo de 3 dias úteis, mediante o envio de comunicação através do mesmo meio que foi utilizado pela entidade beneficiária para remeter a declaração.

#### 1.3.3.1. Novidades no âmbito da Moratória <sup>17</sup>

- A moratória atualmente foi estendida até 31 de março de 2021, permitindo novas adesões até essa data e por um período de moratória de até nove meses (a contar da data de adesão).<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> Informação plasmada no Art. 5º do Decreto-Lei n.º 10-J/2020 de 26 de março.

<sup>16</sup> De acordo com o previsto no nº1 do Art. 5º do Decreto-Lei n.º 10-J/2020 de 26 de março.

<sup>17</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020

<sup>18</sup> Conforme Decreto-Lei n.º 107/2020 de 31 de dezembro.

- Para adesões posteriores a 30 de setembro de 2020: A comunicação da adesão deverá ser efetuada até 31 de março de 2021, sendo o período de aplicação da medida de nove meses a partir do momento da adesão<sup>19</sup>.
- O acesso à mesma é permitido a emigrantes.
- A moratória poderá ser aplicada a todos os contratos de crédito hipotecário, ao crédito ao consumo para educação.
- Inclusão de pessoas singulares que tenham beneficiado de moratórias privadas.

#### 1.4. Linha FIS Crédito

Esta linha de crédito visa auxiliar PME's, entidades da Economia Social e entidades que sejam promotoras de Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES).

Esta linha tem financiamento até 100% das despesas associadas à IIES, com um montante máximo de € 2.5 milhões, e duração de 24 meses, prorrogáveis por períodos de 6 meses até 30 de junho de 2023.

Este crédito destina-se à zona Nuts II – Norte, Centro e Alentejo, com prazo da operação até 10 anos e período de carência de 3 anos.

De modo a serem elegíveis, as entidades devem:

1. Estar legalmente constituídas;
2. Ter a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social;
3. Não ter incidentes junto da Banca e das Sociedades de Garantia Mútua á data da emissão da contratação;
4. Poder desenvolver atividades na área abrangida pelo COMPETE 2020;
5. Possuir os meios técnicos, físicos e financeiros, assim como os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação ;
6. Ter situação económico-financeira equilibrada;
7. Não estar incluído na cotação oficial da bolsa de valores;

---

<sup>19</sup> Previsto no Decreto-Lei n.º 107/2020 de 31 de dezembro.

8. Ter contabilidade organizada;
9. Não ter salários em atraso.

Operações elegíveis:

1. Investimento novo em ativos fixos tangíveis
2. Gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos
3. Outros investimentos

Não elegíveis:

1. Operações de reestruturação financeira
2. Operações destinadas a liquidar / substituir financiamento
3. Operações para aquisição de veículos, terrenos, imóveis, ativos financeiros, bens em estado de uso.

## 2. Incentivos

### 2.1. O que irá ocorrer no âmbito do Portugal 2020<sup>20</sup>?

- Pagamento de incentivos num curto espaço de tempo, após pedido de pagamento por parte das empresas, podendo ser efetuados a título de adiantamento, sendo estes pagamentos posteriormente regularizados com o apuramento do incentivo a pagar pelo organismo intermédio;
- Prorrogação do prazo de reembolso de créditos concedidos no âmbito do QREN ou do PT 2020.
- Elegibilidade de reembolso de despesas suportadas com eventos internacionais anulados.
- No caso de empresas com quebras do volume de negócios ou de reservas ou encomendas superiores a 20 %, nos dois meses anteriores ao da apresentação do pedido de alteração do

---

<sup>20</sup> Em concordância com o exposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020.



plano de reembolso face ao período homologado do ano anterior, o diferimento por um período de 12 meses das prestações vincendas até 30 de setembro de 2020 relativas a subsídios reembolsáveis atribuídos no âmbito de sistemas de incentivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional ou do Portugal 2020 sem encargos de juros ou outra penalidade para as empresas beneficiárias.<sup>21</sup>

### 2.1.1. Reprogramação de projetos<sup>22</sup>

#### 2.1.1.1. Projetos em fase de Investimento

Relativamente a projetos no âmbito do Portugal 2020 que se encontrem na fase de investimento, serão aceites alterações ou ajustamentos, nos seguintes âmbitos:

- a) Configuração do investimento, alterações ao projeto de investimento inicial, como são exemplos a substituição de equipamentos ou a reconfiguração do investimento;
- b) Calendário de realização, admitindo-se a fixação de uma calendarização compatível com novas expectativas para a realização do projeto, sem qualquer penalidade, uma vez que este ajustamento ocorre por motivos de força maior;
- c) Resultados contratados, nomeadamente nos indicadores de realização e resultado e o valor das metas aprovadas relacionadas com objetivos de criação de postos de trabalho, volume de negócios, nacional e internacional, valor acrescentado bruto;
- d) Momento de avaliação dos resultados, o qual é ajustado em função do novo calendário de realização do projeto, nos termos da alínea b).

---

<sup>21</sup> Em concordância com o exposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020, em articulação com o previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 30.º-B da Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro, na sua redação atual.

<sup>22</sup> Informação retirada na íntegra da ORIENTAÇÃO TÉCNICA N.º 1/2020 REGULAMENTO ESPECÍFICO DO DOMÍNIO DA COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO (RECI), disponível em: [https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/ot\\_adc\\_rede\\_si\\_covid\\_19\\_rede\\_versao\\_final.pdf](https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/ot_adc_rede_si_covid_19_rede_versao_final.pdf)

### 2.1.1.2. Projetos física e financeiramente concluídos

Relativamente a projetos no âmbito do Portugal 2020 que se encontrem física e financeiramente concluídos, serão aceites alterações ou ajustamentos, nos seguintes âmbitos:

- a) Dos valores das metas aprovadas relacionadas nomeadamente com objetivos sobre a criação de postos de trabalho, volume de negócios, nacional e internacional, valor acrescentado bruto;
- b) Momento de avaliação dos resultados, admitindo-se a prorrogação do ano cruzeiro referido na alínea b) do n.º 2 do anexo D da Portaria n.º 57-A/2015, na sua atual redação, por mais um ano, por motivos de força maior.

## 2.2. Mar 2020<sup>23</sup>

Dada a situação corrente, foram aprovadas pelo Sr. Ministro do Mar, diversas medidas de agilização de pagamentos, de modo a facilitar as empresas afetadas pelo COVID -19, de modo a não só mitigar os seus efeitos, mas também auxiliar as empresas a continuar os projetos vigentes e a prossecução dos seus objetivos.

### 2.2.1. Medidas de agilização de pagamentos:

- Quando, por motivos não imputáveis às empresas e demais entidades privadas beneficiárias do programa, não seja possível a validação do pedido de pagamento, no prazo de 20 dias úteis contados da data da respetiva submissão pelo beneficiário, o pedido é liquidado a título de adiantamento;

---

<sup>23</sup> Conforme informação disponível em :

<https://mar2020.blob.core.windows.net/mar2020/2020/03/DespachoMMCOVID-19.pdf>

- Os pedidos de pagamento validados nos termos do ponto anterior são pagos até ao valor máximo de 70% do apoio público que lhe corresponda, com periodicidade semanal;
- Passa a ser possível aos beneficiários do programa submeter pedidos de pagamento com base em despesa faturada, mas ainda não paga pelo beneficiário, sendo esta considerada para pagamento a título de adiantamento, desde que a soma dos adiantamentos já realizados e não justificados com despesa submetida e validada não ultrapasse os 50% da despesa pública aprovada para cada projeto;
- São elegíveis para reembolso as despesas comprovadamente suportadas pelos beneficiários em iniciativas ou ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19, previstas em projetos aprovados.
- Não são penalizados os projetos, que devido ao impacto negativo do COVID – 19 não atinjam o orçamento aprovado, assim como a plena execução financeira no cumprimento de metas, podendo ser estes dados como concluídos desde que não seja posta em causa o alcance dos objetivos para o qual a operação foi aprovada.
- Quando tal for considerado necessário, os projetos que teriam o seu término em 2020 verão esse prazo alargado para 2021, em prazo compatível com a finalização da sua execução físico-financeira.
- É autorizada a apresentação de um maior número de pedidos de pagamento, para além do limite estabelecido na medida de flexibilização já adotada em finais de 2019, que permite a submissão de até 10 pedidos de pagamento em cada projeto.

### 2.2.2. Outros apoios financeiros

- Acesso a linha de desendividamento, no valor de € 20 milhões em regime “de minimis”.
- Aceleração do pagamento do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca prevendo-se o pagamento para breve de 347 candidaturas que envolvem pagamento aos pescadores de 197 mil euros<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Conforme informação disponível em: <https://covid19estamoson.gov.pt/medidas-excecionais/#mar>

### 2.2.3. Segurança Marítima

- Em caso de necessidade, deve ser justificada através de uma declaração da DGRM que justifique a circulação transfronteiriça de tripulantes do seu local de residência para o local de embarque e vice-versa.
- Podem ser efetuados pedidos de prorrogação de pedidos de permanência dos marítimos a bordo dos navios quando não existirem condições de rendição da tripulação num porto.
- Serão passíveis de prorrogação os certificados de navios e de marítimos, nos termos da lei, sem custos adicionais.
- As autoridades e administração marítima não podem impedir o exercício da atividade por parte dos operadores que detenham certificados expirados a partir 9 de março (ou nos 15 dias anteriores), assim como não podem levantar autos de contraordenação com esse fundamento.<sup>25</sup>
- No âmbito das inspeções estatutárias e vistorias, serão apenas efetuadas em casos específicos e nos quais esteja em causa a salvaguarda da vida humana.
- No âmbito da Náutica de Recreio, é permitida a realização da formação remota; todas as cartas caducadas neste período de impacto do COVID – 19 serão processadas pelos serviços eletrónicos e caso não seja possível ao navegador a renovação através de serviço eletrónico, será possível às autoridades públicas aceitarem, nos termos da lei, documentos que ainda se encontram por renovar.

### 2.3. Agricultura - Programa de Desenvolvimento Rural 2014 -2020 (PDR 2020)

No âmbito da Portaria n.º 81/2020 de 26 de março, foram implantadas as seguintes medidas no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014 -2020 (PDR 2020):

---

<sup>25</sup> De acordo com informação expressa em: <https://covid19estamoson.gov.pt/medidas-excepcionais/#mar>

- Os prazos máximos para os beneficiários iniciarem e concluírem a execução física e financeira dos projetos cuja data limite para o início ou fim de investimento ocorra entre 1 de março e 15 de junho de 2020 são prorrogados por três meses<sup>26</sup>.
- As despesas efetuadas pelo beneficiário do apoio são elegíveis para reembolso quando comprovado que foram efetuadas no âmbito de projetos aprovados, em iniciativas ou ações canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID -19
- É autorizada a apresentação de pagamentos intercalares com faseamento da submissão da despesa e respetivo reembolso, sem observância do número máximo de pedidos de pagamento previsto na regulamentação específica<sup>27</sup>.

### 2.3.1. Medidas relativamente à ação «Silvicultura Sustentável» e à medida «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais»

No âmbito do exposto na Portaria n.º 88-D/2020 de 6 de abril, quanto a anúncios de abertura de candidaturas ainda não encerrados, considera-se que ao nível do controlo administrativo prévio à decisão das candidaturas, as visitas ao local são dispensadas no caso das candidaturas com um montante total de investimento previsional inferior a € 500 000, ainda que contemplem despesas definidas através de tabelas normalizadas de custos unitários, devendo a análise de elegibilidade das operações ser efetuada com recurso a meios alternativos, designadamente ao sistema de informação parcelar (SIP) e ortofotomapas atualizados<sup>28</sup>.

## 3. Obrigações Fiscais

### 3.1. Novas datas relativamente a obrigações fiscais

---

<sup>26</sup> Art. 2º da Portaria n.º 81/2020 de 26 de março.

<sup>27</sup> Art. 3º nº1 da Portaria n.º 81/2020 de 26 de março.

<sup>28</sup> Art. 2º da Portaria n.º 88-D/2020 de 6 de abril.

O Pagamento Especial por Conta foi adiado de 31 de março para 30 de junho; a entrega do Modelo 22 (Declaração de IRC + Pagamento/acerto) foi prorrogada para 31 de julho e o primeiro pagamento por conta e o primeiro pagamento adicional por conta, que supostamente seria a 31 de julho, será a 31 de agosto.

### 3.2. Entidades abrangidas pelo diferimento do pagamento de contribuições

De acordo com o presente no Decreto-Lei n.º 10-F/2020 de 26 de março, em que o número de trabalhadores se refere ao número de trabalhadores existentes na declaração de remunerações relativa ao mês de fevereiro de 2020, estão abrangidas pelo diferimento do pagamento de contribuições as entidades empregadoras dos setores privado e social com:

- a) Menos de 50 trabalhadores;
- b) Um total de trabalhadores entre 50 e 249, desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da faturação comunicada através do e-fatura nos meses de março, abril e maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média do período de atividade decorrido;
- c) Um total de 250 ou mais trabalhadores, desde que se trate de instituição particular de solidariedade social ou equiparada, ou que a atividade dessas entidades empregadoras se enquadre nos setores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, ou nos setores da aviação e do turismo, e desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da faturação comunicada através do e-fatura nos meses de março, abril e maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média do período de atividade decorrido.

## 4. Segurança Social

### 4.1. No âmbito da Segurança Social:

- Foi suspensa a data de pagamento de contribuições por parte das empresas (que terminaria a 20 de março de 2020).
- Foram criados mecanismos de auxílio a empresas em crise no que respeita ao pagamento de remunerações aos seus empregados, sendo que a Segurança Social se encarregará de proceder ao pagamento de 70% de 2/3 das remunerações, de modo a que o empregador possa manter os seus empregados, pagando apenas o valor remanescente.
- Maior abrangência de Formação por parte do IEFP.
- Apoio para normalização da atividade da empresa, no valor de € 635 por trabalhador, pago de uma só vez. Este apoio deve ser requerido através do IEFP, devendo igualmente ser comprovada a situação de crise empresarial (definida no ponto 5.4 deste Guia).

### 4.2. Subsídios pela doença COVID-19

Este regime visa a proteção dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores independentes do regime geral de segurança social.

Este apoio corresponde a 100 % da remuneração de referência, até ao limite de 28 dias, no âmbito do subsídio por isolamento profilático ou do subsídio por doença.

### 4.3. Apoio extraordinário de proteção social<sup>29</sup>

Este apoio, que poderá ser requerido através de formulário disponível através da Segurança Social, destina-se aos trabalhadores informais, os trabalhadores independentes, os advogados e solicitadores

---

<sup>29</sup> Informação disponível em : <https://eco.sapo.pt/descodificador/e-assim-que-funciona-o-apoio-dos-trabalhadores-sem-protECAo-social/01-o-que-e-o-apoio-extraordinario-de-protECAo-social> .

e trabalhadores do serviço doméstico que não tenham acesso a qualquer prestação “tradicional”, nem tenham tido acesso a qualquer uma das medidas excecionais.

De modo a serem elegíveis para este apoio:

- os Trabalhadores Independentes devem ter sofrido pelo menos uma quebra de 40% por causa da redução ou suspensão da sua atividade.
- Trabalhadores por conta de outrem que não tenham tempo suficiente de descontos para requerer subsídio de desemprego devem ter perdido o seu posto de trabalho entre março e julho de 2020.
- Advogados, solicitadores e restantes trabalhadores devem encontrar-se inseridos noutros sistemas que não a Segurança Social.

Este apoio tem o valor de € 438,81 e deverá ser pago entre julho e dezembro, sendo que a prestação relativa a outubro deverá ser **pedida entre 1 e 10 de novembro** e os beneficiários irão receber as prestações em atraso durante um período de 6 meses. O apoio não é cumulável com outras prestações de desemprego, de cessação ou de redução de atividade, nem é cumulável com as ajudas previstas no âmbito do lay-off tradicional.

Deverá ser mantida aberta a atividade durante o apoio, assim como nos 30 meses seguintes. O trabalhador terá de entregar as declarações de rendimentos à Segurança Social, sendo o apoio extraordinário considerado como rendimento mínimo mensal.

Relativamente a pagamentos à Segurança Social, o trabalhador independente tem de pagar, pelo menos, um terço das contribuições sociais devidas. O remanescente das prestações devidas deverá ser pago no mês seguinte ao mês em que cessa o apoio e deverá ser pago num prazo de 1 ano, em prestações iguais e mensais.

## 5. Alterações relativamente à Certificação PME<sup>30</sup>

- Passa a sancionar-se com a nulidade a certificação baseada em factos inverídicos ou inexistentes, mas apenas nos casos em que de tal resulte, materialmente, a atribuição de um estatuto indevido de micro, de pequena ou de média empresa.

---

<sup>30</sup> Informação de acordo com o exposto no Decreto-Lei n.º 13/2020 de 7 de abril.



- Ainda que a certificação haja sido considerada nula, a empresa pode submeter novo pedido de certificação, distinto daquele que lhe foi indevidamente atribuído.
- Eliminação da sanção acessória de inibição de nova certificação prevista na legislação até agora em vigor.
- Aumento de 20 para 30 dias úteis, contados da data da correspondente declaração anual contabilística e fiscal, do prazo para a renovação da certificação ou para a confirmação, quando caso disso, de dados definitivos, de modo a, por via deste alargamento, potenciar a melhoria da qualidade da informação submetida, reduzindo as situações de erro no preenchimento.
- A certificação é disponibilizada aos interessados, por via eletrónica, imediatamente após a conclusão do preenchimento integral do formulário eletrónico e da sua submissão, tendo efeitos a partir dessa data.
- A certificação caduca<sup>31</sup> quando, no decurso do prazo de 30 dias úteis após a data limite de entrega da declaração anual contabilística e fiscal, os dados definitivos do último exercício completo não tenham sido submetidos à entidade certificadora; em caso de cessação de atividade; e em questão de falha na entrega de valores definitivos, quando a certificação tenha sido efetuada com recurso a estimativas.
- A certificação é nula<sup>32</sup> e declarada pela entidade certificadora ( que deve notificar a empresa no prazo de 8 dias úteis) quando existirem factos inverídicos ou inexistentes nos dados declarados e quando de tais factos resultar a atribuição de um estatuto indevido de micro, ou de pequena ou de média empresa, assim como quando a empresa já certificada se recusar a responder à entidade certificadora relativamente ao seu estatuto de PME.

## 6. Medidas relativas a Instituições Particulares de Solidariedade Social (e entidades equiparadas)

---

<sup>31</sup> De acordo com o previsto no nº1 do Artigo 8.º-A.

<sup>32</sup> De acordo com o nº 2 do Artigo 8.º-A.

No âmbito da Portaria n.º 85-A/2020 foram criadas medidas específicas e extraordinárias relativamente a Instituições Particulares de Solidariedade Social e entidades equiparadas, de modo a proporcionar maior auxílio a estas entidades.

As medidas supramencionadas são as seguintes<sup>33</sup>:

- Garantia do pagamento da comparticipação financeira da Segurança Social no âmbito dos acordos de cooperação celebrados em todas as respostas sociais cuja atividade foi suspensa, assegurando o pagamento efetivado por referência ao mês de fevereiro de 2020, conforme as regras em vigor à data;
- Comparticipação dos cuidados domiciliados;
- Autonomia na redução das comparticipações familiares;
- Agilização da abertura de estabelecimentos de apoio social com processos de licenciamento em curso;
- Possibilidade de recurso a ações de voluntariado;
- Apoio à manutenção dos postos de trabalho;
- Equiparação a trabalhadores de serviços essenciais;
- Prorrogação de prazos de apresentação de contas anuais das instituições;
- Diferimento de obrigações fiscais e contributivas;
- Proteção e apoio à Tesouraria e Liquidez;
- Linha de Financiamento específica para o setor social;
- Apoio técnico do Instituto da Segurança Social, I. P., para linha de financiamento a fundo perdido da Fundação Calouste Gulbenkian;
- Diferimento de pagamentos do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

## 7. Situações de arrendamento relativamente a contratos de arrendamento urbano não habitacional<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Conforme Art. 2º da Portaria n.º 85-A/2020.

<sup>34</sup> Informação de acordo com a Lei n.º 4-C/2020 de 6 de abril.

De acordo com o exposto na Lei n.º 4-C/2020 de 6 de abril, no caso de quebra de rendimentos dos arrendatários não habitacionais, o arrendatário pode diferir o pagamento das rendas vencidas nos meses em que vigore o estado de emergência e no primeiro mês subsequente, para os 12 meses posteriores ao término desse período, em prestações mensais não inferiores a um duodécimo do montante total, pagas juntamente com a renda do mês em causa<sup>35</sup>.

Esta medida aplica-se aos estabelecimentos abertos ao público destinados a atividades de comércio a retalho e de prestação de serviços encerrados ou que tenham as respetivas atividades suspensas e aos estabelecimentos de restauração e similares (incluindo nos casos em que estes mantenham atividade para efeitos exclusivos de confeção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio).<sup>36</sup>

É igualmente estabelecido nesta medida que:

- A falta de pagamento das rendas que se vençam nos meses em que vigore o estado de emergência e no primeiro mês subsequente, não pode ser invocada como fundamento de resolução, denúncia ou outra forma de extinção de contratos, nem como fundamento de obrigação de desocupação de imóveis, não sendo exigível o pagamento de quaisquer outras penalidades que tenham por base a mora no pagamento de rendas.<sup>37</sup>

## 8. Medidas de apoio a Startups

### 8.1. Startup RH Covid-19

De modo a promover a existência de uma maior liquidez por parte das Startups, esta medida trata-se de um incentivo equivalente a um salário mínimo por colaborador (até um máximo de 10 colaboradores), no âmbito de gastos operacionais com Recursos Humanos.

De modo a ter acesso a este incentivo as empresas não poderão despedir colaboradores durante o ano de 2020 e devem estar registados na plataforma Startup Hub através do seu Número de

---

<sup>35</sup> Art. 8.º da Lei n.º 4-C/2020 de 6 de abril.

<sup>36</sup> Art. 7.º da Lei n.º 4-C/2020 de 6 de abril.

<sup>37</sup> Art. 9.º da Lei n.º 4-C/2020 de 6 de abril.

Identificação Fiscal, contendo também o mapa de pessoal da Startup. Estas empresas devem igualmente ter sido fundadas há menos de 5 anos e ter a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social.

Podem igualmente aceder ao incentivo empresas que estejam incubadas numa das incubadoras pertencentes a Rede Nacional de Incubadoras, empresas que sejam ou tenham sido investidas por um dos BA's ou VC's acreditados pelo IAPMEI ou IFD, ou empresas que sejam reconhecidas pela ANI.<sup>38</sup>

Este incentivo não é acumulável com o regime de Lay-Off.

## 8.2. Startup Voucher

No âmbito do Startup Voucher ocorre uma prorrogação do período de validade dos mesmos, por um período de 3 meses, a Startups com Startup Voucher já atribuído, continuando os participantes bolseiros a receber o valor da bolsa durante esses 3 meses, e sendo os prémios de avaliação intermédia e de concretização adiados também por 3 meses.

## 8.3. Vale Incubação Covid-19

Este incentivo dirige-se a Startups com menos de 5 anos de existência, no valor de € 1.500 (em vale simplificado e de pagamento imediato), através de serviços prestados por incubadoras acreditadas e pertencentes à Rede Nacional de Incubadoras.

Tal como no Startup RH Covid-19, as empresas não poderão despedir colaboradores no ano de 2020 e deverão encontrar-se registadas no Startup Hub, assim como na Rede Nacional de Incubadoras.

Caso as empresas já tenham acedido anteriormente ao Vale Incubação (previamente aos efeitos negativos decorrentes do COVID-19), são igualmente elegíveis para este Vale.

---

<sup>38</sup> Conforme informação disponível em: <https://covid19estamoson.gov.pt/medidas-de-apoio-emprego-empresas/#medidas-de-apoio-a-economia-startups>.

#### 8.4. “Mezzanine” funding for Startups

A elegibilidade relativamente a este apoio é semelhante ao incentivo Startup RH Covid-19, sendo, no entanto, capital de risco dirigido a empresas com mais de 1 ano e menos de 8 anos de existência.

Acrescentam-se igualmente ao não despedimento de colaboradores e ao registo no Startup Hub: uma declaração na qual deverá constar os impactos negativos do surto de COVID-19 na sua atividade; a obrigatoriedade de existência de financiamentos anteriores e um envolvimento passado em processos de transferência de tecnologia.

Ao nível das candidaturas a este incentivo, será dada preferência a negócios que envolvam medidas de economia circular ou eficiência energética.

Dado que este incentivo se trata de um empréstimo convertível na forma de capital, com duração de 12 meses, será efetuada a afetação de um mentor ao acompanhamento da atividade da empresa por um período máximo de 12 meses (cujo custo se encontra incluído no investimento).

A linha de financiamento será operacionalizada através da Portugal Ventures.

#### 8.5. Instrumento Covid-19 - Portugal Ventures

Este instrumento de capital de risco visa reforçar a liquidez das Startups, com tickets a partir de € 50.000, em sindicância com acionistas existentes, conforme as regras da Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco da Instituição Financeira de Desenvolvimento.

São apenas elegíveis empresas que se encontrem ao abrigo da Linha de Financiamento a Fundos de Capital de Risco gerida pela Instituição Financeira de Desenvolvimento.

#### 8.6. Fundo 200M

Este fundo de capital de risco destina-se a empresas tecnológicas, com base e sede em Portugal, que possuam investidores privados qualificados e com experiência que desejem investir no seu capital (no valor mínimo de € 500.000), de modo a que a Startup tenha melhor capacidade de investimento nas fases “late seed” e “Series A e B”<sup>39</sup>.

#### 8.7. Fundo co-investimento para a inovação social

O Fundo co-investimento para a inovação social, de capital de risco, visa apoiar a empresa nas fases “seed até Series A, através de matching entre operadores privados e FIS”<sup>40</sup>.

De modo a ter acesso a este fundo, a empresa deverá ter validação por parte da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, ao nível do impacto do seu projeto em Portugal, e deverá igualmente possuir investidores privados qualificados e com experiência a querer investir no seu capital (no valor mínimo de € 50.000).

### 9. Concessão de garantias no âmbito da pandemia da doença COVID-19<sup>41</sup>.

- Isenção de IVA aquando da aquisição de intracomunitária de bens necessários para combater o COVID-19, por parte do Estado (incluindo Regiões Autónomas e Autarquias Locais) e outros organismos públicos (estabelecimentos e unidades de saúde no âmbito do SNS; estabelecimentos e unidades de setor privado ou social que tenham contrato específico para o efeito com o Ministério da Saúde) ou por organizações sem fins lucrativos;
- Aplicação da taxa reduzida de IVA às importações, transmissões e aquisições intracomunitárias de máscaras de proteção respiratória e de gel desinfetante cutâneo (que cumpram as especificações designadas pelo Governo);

<sup>39</sup> Mais informações referentes a este fundo encontram-se disponíveis em : <https://www.200m.pt/fag/> e <https://www.200m.pt/applications/> .

<sup>40</sup> Conforme informação disponível em: <https://covid19estamoson.gov.pt/medidas-de-apoio-emprego-empresas/#medidas-de-apoio-a-economia-startups> .

<sup>41</sup> Conforme Lei n.º 13/2020 de 7 de maio.

## 10. Plano de Desconfinamento e Reabertura da Economia

No âmbito das atividades encerradas no decorrer da pandemia da doença COVID-19, foi estruturado pelo Governo um Plano de Desconfinamento, aprovado no Conselho de Ministros de 30 de abril 2020.

### 10.1. Medidas a adoptar – Regras Gerais

- Uso obrigatório de máscaras nos transportes públicos, escolas, comércio e outros locais fechados com múltiplas pessoas.
- A não utilização de máscara nos transportes públicos será considerada uma contraordenação, punida com coima de valor mínimo de 120 euros e máximo de 350 euros.<sup>42</sup>
- Lotação máxima de 5 pessoas/ 100m<sup>2</sup> em instalações fechadas.
- Proibição de eventos ou ajuntamentos com mais de 10 pessoas.
- Higienização regular dos espaços.
- Distanciamento físico de 2 metros entre pessoas.
- É obrigatório o uso de máscaras ou viseiras para o acesso ou permanência nos espaços e estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, nos serviços e edifícios de atendimento ao público e nos estabelecimentos de ensino e creches pelos funcionários docentes e não docentes e pelos alunos maiores de seis anos; a menos que tal seja impraticável de acordo com a natureza das atividades.
- Incumbe às pessoas ou entidades, públicas ou privadas, que sejam responsáveis pelos respetivos espaços ou estabelecimentos, serviços e edifícios públicos ou meios de transporte, a promoção do cumprimento das medidas acima descritas, sendo que devem informar os utentes que não estejam a utilizar máscara que não podem aceder, permanecer ou utilizar os espaços, estabelecimentos ou transportes coletivos de passageiros e informar as autoridades

---

<sup>42</sup> Conforme exposto no Art. 13.º-B, n.º7, do Decreto-Lei n.º 20/2020 de 1 de maio

e forças de segurança desse facto caso os utilizadores insistam em não cumprir aquela obrigatoriedade.

- A afetação dos espaços acessíveis ao público, em todos os locais onde são exercidas atividades de comércio e de serviços, deve cumprir uma regra de ocupação máxima indicativa de 0,05 pessoas por metro quadrado de área.<sup>43</sup> Esta “área” trata-se da destinada ao público, incluindo as áreas de uso coletivo ou de circulação, à exceção das zonas reservadas a estacionamento de veículos.<sup>44</sup>
- Relativamente aos serviços que funcionem através de marcação prévia, assim como de distância de 2 metros entre cada utente, recomenda-se a afixação na porta de um aviso com a informação deste condicionalismo. São proibidas situações de espera para atendimento no interior dos estabelecimentos de prestação de serviços.
- Os operadores económicos devem promover a limpeza e desinfeção, após cada utilização ou interação, dos terminais de pagamento automático (TPA), equipamentos, objetos, superfícies, produtos e utensílios de contacto direto com os clientes.<sup>45</sup>
- Deve ser assegurada a disponibilização de soluções líquidas de base alcoólica, para os trabalhadores e clientes, junto de todas as entradas e saídas dos estabelecimentos, assim como no seu interior, em localizações adequadas para desinfeção de acordo com a organização de cada espaço<sup>46</sup>.
- Os estabelecimentos de comércio a retalho ou de prestação de serviços podem encerrar em determinados períodos do dia para assegurar operações de limpeza e desinfeção dos funcionários, dos produtos ou do espaço.<sup>47</sup>
- O cartão do cidadão, certidões e certificados emitidos pelos serviços de registos e da identificação civil, carta de condução, documentos e vistos relativos à permanência em território nacional, bem como as licenças e autorizações cuja validade expire a partir da data de entrada em vigor do presente decreto-lei ou nos 15 dias imediatamente anteriores são aceites, nos mesmos termos, até 30 de junho de 2020. Serão válidos após esta data caso o titular faça prova que já procedeu ao agendamento da renovação dos mesmos.

---

<sup>43</sup> De acordo com as indicações presentes no Art. 10º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020.

<sup>44</sup> Conforme Art. 10º, nº2, Al a) da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020.

<sup>45</sup> Conforme Art. 11º al. C da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020.

<sup>46</sup> Art. 12º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020.

<sup>47</sup> Art. 13º, al c), da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020.



- Obrigatoriedade de lotação máxima de 2/3 da sua capacidade para o transporte terrestre, fluvial e marítimo.
- As empresas com estabelecimentos cujas atividades tenham sido objeto de levantamento de restrição de encerramento após o termo do estado de emergência ou de restrição imposta por determinação legislativa ou administrativa, continuam a poder aceder ao Lay-Off simplificado, desde que desde que retomem a atividade no prazo de oito dias, contados a partir de 4 de maio de 2020<sup>48</sup>.
- Estão isentas de licenciamento as operações de aumento da capacidade de armazenamento dos operadores de gestão de resíduos urbanos e hospitalares<sup>49</sup>, desde que sejam asseguradas as condições de segurança e de salubridade.

## 11. Programa de Estabilização Económica e Social<sup>50</sup>

### 11.1. Incentivos no âmbito do Emprego e das Empresas

#### 11.1.1. No âmbito do Lay - Off

O Lay-Off simplificado irá manter-se apenas até ao mês de julho, exceto nas empresas que permanecem encerradas por decisão governamental, que poderão continuar a beneficiar do mesmo.

Para as empresas restantes, serão criados dois tipos de mecanismos:

- As empresas que tenham uma quebra de faturação entre 40% e 60% ou superior a 60% podem beneficiar, entre agosto e até ao final de 2020, de um mecanismo de apoio à retoma progressiva;

Este mecanismo decorre de já não ser possível suspender o contrato de trabalho. No entanto, consoante a dimensão de perda da atividade da empresa, poderá ser efetuada uma a redução de horário.

---

<sup>48</sup> De acordo com o exposto no Art. 25.º-C do Decreto-Lei n.º 20/2020 de 1 de maio.

<sup>49</sup> Nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua redação atual.

<sup>50</sup> Conforme informação disponível em: <https://pees.gov.pt/emprego/>

Se empresa teve quebra de atividade superior a 40%, no próximo trimestre pode reduzir a atividade dos seus trabalhadores até 50% e a partir de outubro até o máximo de 40%.

Se a quebra de atividade foi superior a 60 % pode reduzir a atividade dos seus trabalhadores no próximo trimestre a 70% e a partir de outubro a 60%.

As empresas passam também a pagar o número de horas que o trabalhador efetivamente trabalha, e o Estado comparticipará a 70% o número de horas não trabalhadas.

Esta medida foi criada de modo a incrementar a retribuição do trabalhador após o regime de Lay-Off simplificado.

- As empresas que tenham beneficiado do regime de Lay-Off simplificado podem agora beneficiar de um incentivo financeiro extraordinário à normalização da atividade empresarial, escolhendo uma de duas modalidades: 1 Salário Mínimo Nacional one-off ou 2 Salários Mínimos Nacionais ao longo de 6 meses.

Este incentivo depende de que a empresa mantenha o nível de emprego dos seus trabalhadores que retomaram a sua atividade após o regime de Lay-Off simplificado.

Estes Mecanismos podem ser utilizados por empresas que tenham utilizado o Lay-Off simplificado e que continuem com quebra na sua faturação (igual ou superior a 40%), desde que não ocorra despedimento coletivo, extinção de posto de trabalho, durante a aplicação da medida e nos 60 dias subsequentes à aplicação da medida.

#### 11.1.2. Incentivo financeiro extraordinário à normalização da atividade empresarial

Este incentivo não poderá ser utilizado em conjugação com os mecanismos anteriormente descritos, apesar de se destinarem às empresas que beneficiaram do Lay-Off simplificado.

Este incentivo, que pode ser requerido no IEFP, é dividido em duas opções: o apoio one-off e o apoio ao longo de 6 meses.

### **Apoio One-Off**

O Apoio One- Off tem o valor de um Salário Mínimo Nacional por cada trabalhador que tenha estado ao abrigo do Lay-Off Simplificado.

### **Apoio ao longo de 6 meses**

O Apoio ao longo de 6 meses tem o valor de dois Salários Mínimos Nacionais por cada trabalhador que tenha estado ao abrigo do Lay-Off Simplificado, que poderá ser pago em 2 ou 3 parcelas ao longo de 6 meses.

No âmbito deste apoio nos primeiros 3 meses, haverá uma redução de 50 % nas contribuições para a Segurança Social.

Após este apoio, se houver criação de emprego nos 3 meses seguintes, face aos 3 meses homólogos, a empresa ficará “isenta de pagamento de contribuições para a segurança social pelo período de dois meses, na proporção do ganho de emprego, desde que mantenha esse ganho de emprego por um período de seis meses”<sup>51</sup>.

Estes incentivos poderão ser utilizados desde que não ocorra despedimento coletivo, extinção de posto de trabalho, durante a aplicação da medida e nos 60 dias subsequentes à aplicação da medida.

### **Alteração da modalidade de apoio ou desistência<sup>52</sup>:**

Através de um requerimento ao IEF, o empregador poderá solicitar uma alteração da modalidade de apoio, assumindo as obrigações dessa nova modalidade.

Nos casos aplicáveis irá ser realizado um acerto de contas.

Caso deixe de haver lugar à dispensa parcial de contribuições (dada a alteração de modalidade), o empregador deverá regularizar a situação contributiva perante a Segurança Social.

---

<sup>51</sup> Conforme informação presente na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, ponto 2.2.2., al. b)

<sup>52</sup> Informação disposta na Portaria n.º 294-B/2020.

Em caso de desistência da medida, podendo o empregador já ter recebido o valor total ou parcial do apoio financeiro pago pelo IEFP, deverá, no prazo de 60 dias, proceder à sua devolução, na eventualidade de ser notificado para o fazer.

### 11.1.3. Taxa Social Única

Relativamente à Taxa Social Única, a partir de agosto, as Grandes empresas irão proceder ao pagamento da Taxa Social Única integralmente.

No entanto, relativamente às Microempresas e PME, irá manter-se a isenção da Taxa Social Única até ao mês de outubro, a partir do qual passarão a pagar 50% da TSU.

Quadro-Resumo das medidas supramencionadas:

	<b>JULHO</b>	<b>AGOSTO/ SETEMBRO</b>		<b>OUTUBRO/ DEZEMBRO</b>	
<b>Elegibilidade</b>	Encerradas e > 40% quebra faturação	> 40% quebra faturação	> 60% quebra faturação	> 40% quebra faturação	> 60% quebra faturação
<b>Medida</b>	Suspensão ou Redução PNT	Redução PNT até 50%	Redução PNT até 70%	Redução PNT até 40%	Redução PNT até 60%
<b>TSU</b>	Isenção total	Grandes empresas redução 50% Isenção total MPMS		Sem redução Redução 50%	
<b>Salário</b>	Horas trabalhadas ou não trabalhadas pagas a 66%	Horas trabalhadas pagas a 100%			Horas não trabalhadas pagas a 80%
<b>Segurança Social</b>	70% das horas trabalhadas e não trabalhadas	Horas trabalhadas: 0%			Horas não trabalhadas: 70%
<b>Retribuição trabalhador</b>	66%	83%	77%	92%	88%

Fonte: <https://pees.gov.pt/emprego/>

### 11.1.4. Complemento de estabilização - Bónus para Trabalhadores em Lay-Off

Este Bónus será entregue aos Trabalhadores dia 30 de julho de 2020, sendo o valor mínimo de € 100 e o valor máximo de € 351, para trabalhadores cuja remuneração base seja igual ou inferior a dois salários mínimos nacionais, que tenham tido diferença entre o salário que recebiam em fevereiro de 2020 e o salário recebido em regime de Lay-Off. Os trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional não vão receber este complemento por parte da Segurança Social.

#### 11.1.5. Apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial com redução temporária do período normal de trabalho

Este apoio é dirigido aos empregadores privados, incluindo os empregadores do setor social, que se encontrem em situação de crise empresarial devido aos efeitos da propagação da COVID-19.

O empregador pode proceder à redução do período normal de trabalho de todos os seus trabalhadores ou apenas de alguns. Após efetuar a sua decisão, o empregador deve informar o trabalhador da percentagem de redução de horário, assim como da duração prevista para essa redução. A redução pode ser efetuada durante um mês, sendo este prazo prorrogável.

Durante a redução do horário normal de trabalho, o trabalhador tem direito a remuneração das horas trabalhadas, assim como uma compensação retributiva mensal, até ao triplo da Retribuição Mínima Mensal Garantida, que poderá variar entre dois terços da sua retribuição normal ilíquida correspondente às horas não trabalhadas, nos meses de agosto e setembro de 2020 e quatro quintos da sua retribuição normal ilíquida correspondente às horas não trabalhadas, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020.

Este apoio é cumulável com o plano de formação do IEPF e durante a redução de horário o trabalhador pode exercer outra atividade remunerada, que deverá ser comunicada ao empregador que efetuou a redução de horário, no prazo de cinco dias a contar do início dessa atividade, para efeitos de eventual redução da compensação retributiva, sob pena de perda do direito à mesma, de constituição do dever de restituição dos montantes recebidos a este título e, ainda, de prática de infração disciplinar grave<sup>53</sup>.

Durante a redução do horário normal de trabalho, o empregador poderá usufruir de um apoio destinado ao pagamento da compensação retributiva aos trabalhadores abrangidos pela redução, no

---

<sup>53</sup> Conforme informação presente no Art. 6º nº7 do Decreto-Lei n.º 46-A/2020 de 30 de julho.

valor de 70% da compensação retributiva, sendo da responsabilidade do empregador assegurar o pagamento dos outros 30%.

No caso de o empregador ter uma quebra de faturação de 75%, terá direito a um apoio adicional correspondente a 35 % da retribuição normal ilíquida pelas horas trabalhadas devidas a cada trabalhador com redução de horário normal de trabalho.

Relativamente a contribuições, o empregador que usufrua do Apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade com redução temporária de período normal de trabalho tem direito à isenção ou dispensa parcial do pagamento de contribuições a seu cargo relativas aos trabalhadores abrangidos, calculadas sobre o valor da compensação retributiva.

Isenções<sup>54</sup>:

- Relativamente aos meses de agosto e setembro de 2020:
  1. Isenção total das contribuições relativamente aos trabalhadores, no caso de micro, pequenas e médias empresas;
  2. Dispensa parcial de 50 % das contribuições relativamente aos trabalhadores, no caso de grandes empresas;
- Relativamente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020:
  1. Dispensa parcial de 50 % do pagamento das contribuições relativamente aos trabalhadores, no caso de micro, pequenas e médias empresas.

Limites máximos da redução do período normal de trabalho<sup>55</sup>:

- No caso de empregador com quebra de faturação igual ou superior a 40 %, a redução do PNT, por trabalhador, pode ser, no máximo:
  1. De 50 %, nos meses de agosto e setembro de 2020;
  2. De 40 %, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020;

---

<sup>54</sup> Conforme Art. 9º n.º2 do Decreto-Lei n.º 46-A/2020 de 30 de julho.

<sup>55</sup> Art. 5º n.º1 do Decreto-Lei n.º 46-A/2020 de 30 de julho.

- No caso de empregador com quebra de faturação igual ou superior a 60 %, a redução do PNT, por trabalhador, pode ser, no máximo:
  1. De 70 %, nos meses de agosto e setembro de 2020
  2. De 60 %, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020.

Ao aceder a este apoio, o empregador deve<sup>56</sup>:

- a) Cumprir os deveres previstos no contrato individual de trabalho, na lei e em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável;
- b) Manter, comprovadamente, as situações contributiva e tributária regularizadas perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- c) Efetuar pontualmente o pagamento da compensação retributiva, bem como o acréscimo a que haja lugar em caso de formação profissional;
- d) Pagar pontualmente as contribuições e quotizações para a segurança social sobre a retribuição auferida pelos trabalhadores;
- e) Não aumentar a retribuição ou outra prestação patrimonial atribuída a membro de corpos sociais, enquanto a segurança social comparticipar na compensação retributiva atribuída aos trabalhadores;
- f) Não poderá fazer cessar contratos de trabalho ao abrigo das modalidades de despedimento coletivo, de despedimento por extinção do posto de trabalho, ou de despedimento por inadaptação;
- g) Não poderá distribuir dividendos, sob qualquer forma, nomeadamente a título de levantamento por conta;
- h) Não poderá prestar falsas declarações no âmbito da concessão do presente apoio;
- i) Não poderá exigir a prestação de trabalho a trabalhador abrangido pela redução do PNT para além do número de horas declarado no requerimento.
- j) O empregador que tenha beneficiado ou esteja a beneficiar do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial não pode beneficiar deste apoio.

---

<sup>56</sup> No âmbito do Art. 12º do Decreto-Lei n.º 46-A/2020 de 30 de julho.

Direitos do trabalhador<sup>57</sup>:

- O tempo de redução do PNT não afeta o vencimento e a duração do período de férias.
- O período de aplicação da redução do PNT não prejudica a marcação e o gozo de férias, nos termos gerais, tendo o trabalhador direito ao pagamento pelo empregador da retribuição e da compensação retributiva, acrescida do subsídio de férias, pago pelo empregador, que seria devido em condições normais de trabalho.
- O trabalhador tem direito a subsídio de Natal por inteiro, sendo participado, pela segurança social, o montante correspondente ao duodécimo de metade da compensação retributiva relativa ao número de meses de atribuição do apoio, e pelo empregador, o restante, caso a data de pagamento daquele subsídio coincida com o período de aplicação do apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade.

#### 11.1.5.1 Atualização<sup>58</sup>:

Para as empresas que mantenham quebras acentuadas de faturação face ao período homólogo, com quebras acima de 75%, existirá a possibilidade de reduzir o horário de trabalho até 100%. Neste âmbito o apoio financeiro da Segurança Social será de 100% da compensação retributiva dos trabalhadores.

Quando a redução do período normal de trabalho seja superior a 60%, os trabalhadores terão assegurada uma remuneração igual a 88%, paga pela Segurança Social, que poderá ser acumulável com bolsa de formação (que deve assegurar pelo menos 50 horas de formação).

Não será permitida a suspensão de contratos, apenas a redução do horário de trabalho.

De modo a poder ter acesso ao apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade com redução temporária do PNT, o empregador deve remeter requerimento eletrónico em formulário próprio a disponibilizar pela segurança social, até ao final do mês seguinte àquele a que o pedido inicial de apoio ou de prorrogação diz respeito<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> Art. 14º do Decreto-Lei n.º 46-A/2020 de 30 de julho.

<sup>58</sup> Conforme informação disposta no Decreto-Lei n.º 90/2020 de 19 de Outubro.

<sup>59</sup> Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 90/2020 de 19 de Outubro.



Resumindo<sup>60</sup>:

No caso de empregador com:

1. Quebra de faturação **igual ou superior a 25 %**, a redução do PNT, por trabalhador, pode ser no máximo de **33 %** nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020;
2. Quebra de faturação **igual ou superior a 40 %**, a redução do PNT, por trabalhador, pode ser no máximo: de **50 %**, nos meses de agosto e setembro de 2020 e **40 %** nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020;
3. Quebra de faturação **igual ou superior a 60 %**, a redução do PNT, por trabalhador, pode ser no máximo: de **70 %** nos meses de agosto e setembro de 2020 e de **60 %** nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020;
4. Quebra de faturação **igual ou superior a 75 %**, a redução do PNT, por trabalhador, pode ser até **100 %** nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020.

#### 11.1.6. Medida de revisão do regime do apoio à retoma progressiva<sup>61</sup>

Esta medida foi criada principalmente para apoio ao pagamento de salários, relativamente a empresas que tenham quebra de faturação superiores a 25%, sendo este apoio dependente dessa mesma quebra de faturação.

Esta medida vem enunciar que as empresas que tenham requerido o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial até 31 de outubro e desejem ter acesso ao apoio à retoma progressiva, podem desistir desse apoio e transitar até 31 de dezembro de 2020 para o regime de apoio à retoma progressiva, sem ter de proceder à devolução dos montantes já recebidos.

O empregador deverá solicitar ao IEFP a mudança de modalidade de apoio, sendo realizado um acerto de contas nos casos em que tal for aplicável, devido à adesão a novas obrigações.

#### 11.1.7. Apoio à Retoma Progressiva – 2021

---

<sup>60</sup> Conforme informação disposta no Decreto-Lei n.º 90/2020 de 19 de Outubro.

<sup>61</sup> Conforme informação disposta no Decreto-Lei n.º 98/2020 de 18 de Novembro.

O Apoio à Retoma Progressiva será prolongado até ao final do primeiro semestre de 2021, mantendo-se a redução de 50% das contribuições sociais para as micro, pequenas e médias empresas.

A remuneração dos trabalhadores será paga a 100% até três salários mínimos nacionais (SMN), sem esforço adicional por parte das empresas. As empresas continuarão a ter exatamente o mesmo esforço financeiro para pagamento de salários e de contribuições e o trabalhador receberá o salário por inteiro.

Este apoio passará também a abranger gerentes de empresas com trabalhadores permanentes, com contribuições sociais feitas na empresa.

## 11.2. Programa Reforçado de Apoios ao Emprego

### 11.2.1. + COESO Emprego<sup>62</sup>

Este programa trata-se de um apoio ao empreendedorismo, para PME e entidades da economia social, especialmente no âmbito do empreendedorismo social, cujo financiamento se baseia na criação de postos de trabalho, assim como todos os custos inerentes à criação dos mesmos.

Este programa possui uma taxa fixa de 40 % de financiamento sobre os custos diretos com os postos de trabalho criados, para utilização em outras despesas que proporcionam os postos de trabalho criados.

A duração do apoio é de 36 meses, para a contratação de trabalhadores com contrato sem termo.

No âmbito do Programa + CO3SO Emprego é também “criado um sistema especial de apoio à contratação no âmbito dos custos diretos associados aos postos de trabalho criados, nomeadamente os encargos com remunerações, acrescidas das respetivas despesas contributivas a cargo da entidade empregadora, num período máximo de 36 meses, permitindo a empresas do litoral receber mais 0,5 IAS (Indexante de Apoios Sociais), por posto de trabalho, por cada mês de apoio, independentemente do número de postos de trabalho criados, sempre que os postos de trabalho sejam criados num território do Interior em regime de teletrabalho”<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020

<sup>63</sup> Informação disponível em <https://pees.gov.pt/emprego/>

### 11.2.2. +COESO Emprego URBANO

Na zona Oeste este apoio reflete-se em 3 áreas distintas: Alto Oeste, Baixo Oeste e Pesca, com candidaturas abertas até 16 de novembro 2020.

Existem 2 tipologias de projetos:

- Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho;
- Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.

Este apoio tem a duração de 36 meses, sendo direcionado para Empreendedores, criação ou expansão de PME's e Microempresas.

Os candidatos a estes apoios devem dispor de contabilidade organizada.

O financiamento associado a este apoio divide-se em duas componentes: a comparticipação integral dos custos diretos com os postos de trabalho criados, englobando a remuneração base, acrescida das despesas contributivas da responsabilidade da entidade empregadora e uma taxa fixa de 40% para financiar outros custos associados à criação de postos de trabalho.

A elegibilidade geográfica é determinada pelo local onde se realiza o projeto, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 71.º do RE ISE. O local onde se realiza o projeto corresponde à localização do posto de trabalho identificado no contrato de trabalho.

No âmbito da criação dos postos de trabalho, estes incluem:

- a) Criação do próprio emprego, a tempo inteiro e remunerado, e desde que admitido pela natureza jurídica dos beneficiários;

- b) Criação de postos de trabalho por conta de outrem, através de contratos de trabalho sem termo celebrados após a apresentação da candidatura:
- c) Criação de postos de trabalho para desempregados inscritos há pelo menos seis meses no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.);
- d) Criação de postos de trabalho para desempregados inscritos há pelo menos dois meses no IEFP, I. P., caso se trate de pessoa com idade igual ou inferior a 29 anos ou com idade igual ou superior a 45 anos;
- e) Criação de postos de trabalho para desempregados inscritos no IEFP, I. P., independentemente do tempo de inscrição, quando se trate de:
  - a. Beneficiário de prestação de desemprego;
  - b. Beneficiário do rendimento social de inserção;
  - c. Pessoa com deficiência e incapacidade;
  - d. Pessoa que integre família monoparental;
  - e. Pessoa cujo cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto se encontre igualmente em situação de desemprego, inscrito no IEFP, I. P.;
  - f. Vítima de violência doméstica;
  - g. Refugiado;
  - h. Ex-recluso e aquele que cumpra ou tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade em condições de se inserir na vida ativa;
  - i. Toxicodependente em processo de recuperação;
  - j. Pessoa que tenha prestado serviço efetivo em Regime de Contrato, Regime de Contrato Especial ou Regime de Voluntariado nas Forças Armadas<sup>64</sup>
  - k. Pessoa em situação de sem-abrigo;
  - l. Vítima de tráfico de seres humanos.
- f) Criação de postos de trabalho para pessoas que não tenham registos na segurança social como trabalhadores por conta de outrem, nem como trabalhadores independentes nos 6 meses anteriores à contratação.

---

<sup>64</sup> Desde que se encontre nas condições previstas no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto -Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro;

A apresentação de candidaturas é feita através de formulário eletrónico no Balcão Portugal 2020.

### 11.2.3. +COESO Emprego Empreendedorismo Social

No âmbito do Empreendedorismo Social, são beneficiárias as seguintes entidades da economia social:

- a. As cooperativas;
- b. As associações mutualistas;
- c. As misericórdias;
- d. As fundações;
- e. As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- f. As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g. As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;
- h. Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio e constem da base de dados da economia social.

Este apoio visa promover as atividades económico-sociais levadas a cabo pelas entidades supramencionadas.

A duração máxima das operações relativas a este apoio é de 36 meses contados a partir da criação do primeiro posto de trabalho.

### 11.3. Relativamente a Trabalhadores Independentes e Informais<sup>65</sup>

Esta medida extraordinária prevê o apoio de 1 IAS (€ 438,81) a trabalhadores que se encontram em situação de desproteção social, entre julho e dezembro de 2020, com as seguintes condições:

---

<sup>65</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020

- Vinculação por 36 meses ao regime de proteção social pública.
- Pagamento da contribuição correspondente a trabalhador independente com base no valor de incidência do apoio durante 30 meses.
- Enquanto o Trabalhador estiver a usufruir do apoio, deverá fazer uma contribuição no valor de 1/3 da contribuição correspondente a trabalhador independente, sendo que o valor da contribuição restante deverá ser pago nos 12 meses após a concessão do apoio.

## 11.4. Linhas de apoio à Cultura

### 11.4.1. Linha de apoio social aos artistas, autores, técnicos e outros profissionais das artes

Esta linha de apoio destina-se a profissionais da cultura que não sejam trabalhadores por conta de outrem com atividades correspondentes às artes do espetáculo e de apoio às artes do espetáculo, bem como aos artistas de teatro, bailado cinema, rádio e televisão e aos artistas de circo.

De modo a que os profissionais possam beneficiar deste apoio, têm de ter atividade aberta no ano de 2019 e não ter dívidas à segurança social e às finanças em fevereiro de 2020.

Este apoio é pago em julho e setembro, sendo o valor do mesmo de € 1 316,43, pago em 3 vezes, ao qual é descontado o valor de outras prestações sociais que estejam a receber, bem como de remuneração obtida no âmbito das suas atividades ao longo do período de atribuição do apoio. No entanto, apenas serão elegíveis profissionais que não beneficiem de outros apoios, como lay-off ou apoios no âmbito da cultura.

### 11.4.2. Linha de apoio à adaptação dos espaços às medidas decorrentes da COVID-19

Esta linha, direcionada a pessoas coletivas de direito privado com sede em Portugal, visa a adaptação de espaços e equipamentos culturais, designadamente teatros, cineteatros e auditórios culturais, às regras e recomendações da DGS.

É atribuído a cada requerente o valor de € 2.000, sendo que as candidaturas a este apoio se encontram abertas de 10 de agosto a 4 de setembro de 2020<sup>66</sup>.

São englobadas as seguintes despesas efetuadas desde 18 de março até à data de apresentação do pedido de apoio:<sup>67</sup>

- Aquisição de equipamentos de proteção individual, nomeadamente máscaras, luvas, viseiras e outros;
- Aquisição e instalação de equipamentos de higienização e de dispensa automática de desinfetantes, bem como respetivos consumíveis, nomeadamente solução desinfetante;
- Contratação de serviços de desinfeção das instalações;
- Aquisição e instalação de dispositivos de pagamento automático, abrangendo os que utilizem tecnologia contactless, incluindo os custos com a contratação do serviço;
- Reorganização e adaptação de locais de trabalho e de layout de espaços às orientações e boas práticas do atual contexto;
- Custos com a aquisição e colocação de informação e orientação aos colaboradores e ao público, incluindo sinalização vertical e horizontal, no interior e exterior dos espaços.

#### 11.4.3. Linha de apoio às entidades artísticas profissionais

Esta linha visa apoiar a retoma e manutenção das respetivas atividades e o seu regular funcionamento.

Esta linha é direcionada a entidades não apoiadas no âmbito do programa de apoio sustentado 2020-2021 da DGARTES, no entanto estas podem-se candidatar ao apoio desde que para efeitos de compensação dos prejuízos comprovadamente sofridos, relativamente às atividades incluídas no plano de atividades objeto de apoio pela DGARTES<sup>68</sup>.

As candidaturas a este apoio encontram-se abertas de 10 de agosto a 4 de setembro de 2020.

---

<sup>66</sup> São efetuadas no website <https://www.culturaportugal.gov.pt/>

<sup>67</sup> Conforme Art. 4º n.º4 da Portaria n.º 180/2020 de 3 de agosto.

<sup>68</sup> No âmbito do exposto no Art.7º n.º3 da Portaria n.º 180/2020 de 3 de agosto.

Relativamente ao financiamento, as entidades poderão receber<sup>69</sup>:

- Um valor correspondente a 35 % do montante anual que teriam direito a receber de acordo com a pontuação atribuída pela comissão de apreciação – Entidades que sejam responsáveis pela gestão ou programação, numa base permanente, de espaços de apresentação ou exibição públicas, próprios ou contratualizados com terceiros.
- Um valor correspondente a 25 % do montante anual que teriam direito a receber de acordo com a pontuação atribuída pela comissão de apreciação – Entidades que não sejam responsáveis pela gestão ou programação, numa base permanente, de espaços de apresentação ou exibição públicas, próprios ou contratualizados com terceiros.
- Um valor máximo correspondente a 50 % dos prejuízos comprovadamente sofridos, designadamente relativos a receitas de bilheteira, vendas de espetáculos ou coproduções, até ao limite de € 7.500.

### 11.5. Complemento de estabilização familiar

São elegíveis para este complemento trabalhadores com salário base superior a 1 Salário Mínimo Nacional e inferior ou igual a 2 Salários Mínimos Nacionais, com rendimento registado em fevereiro de 2020 até 2 Salários Mínimos Nacionais, que tenham registado uma perda de salário base superior a 1 Salário Mínimo Nacional e que estiveram em regime de Lay-off nos meses entre abril e junho.

Trata-se de uma medida paga apenas numa parcela em julho, no montante da perda de rendimento de um mês de lay-off, num valor que pode variar entre € 100 e € 351.

### 11.6. Inovação COVID/I&D COVID<sup>70</sup>

Está prevista a abertura de avisos para apoiar empresas que, no âmbito da COVID-19, redirecionaram a sua produção para as necessidades atuais (batas, máscaras, gel, viseiras e outros tipos de

---

<sup>69</sup> Conforme informação presente no Art.8º nº3 da Portaria n.º 180/2020 de 3 de agosto.

<sup>70</sup> Informação presente na Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, ponto 4.6.1.



equipamentos de proteção individual, equipamentos hospitalares, incluindo ventiladores, medicamentos, diagnósticos e dispositivos médicos) mas também para o sistema científico e para o apoio à investigação (tratamentos, vacina, testes).

Financiamento dos projetos de investimento com taxas de referência de 80 % a fundo perdido, com majoração dos apoios para as empresas que concretizem o projeto no prazo de 2 meses, e com apoio retroativo a quem já estivesse a trabalhar nestas novas necessidades desde fevereiro.

Taxas majoradas nos projetos de I&D até ao financiamento integral dos custos totais elegíveis. Os projetos são analisados em 10 dias, após a data de submissão.

### 11.7. PMECrescer+: Programa de aceleração de PME

Este programa estará centrado em empresas com mais de 5 anos de existência, no âmbito da consultoria, formação, networking (redes de fornecedores, integração nas cadeias de valor, parceiros externos, etc.), de modo a desenvolver as competências da empresa na potenciação da sua marca, crescimento no mercado externo e procura de parceiros e financiamento. Este programa terá a duração de 1 ano.

## 12. Regras de Higiene a adoptar<sup>71</sup>

Os locais abertos ao público devem observar as seguintes regras de higiene:

- A prestação do serviço e o transporte de produtos devem ser efetuados mediante o respeito das necessárias regras de higiene definidas pela DGS;
- Os operadores económicos devem promover a limpeza e desinfeção diárias e periódicas dos espaços, equipamentos, objetos e superfícies, com os quais haja um contacto intenso;

---

<sup>71</sup> Informação disposta no Art. 10º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020 de 14 de Julho de 2020.

- Os operadores económicos devem promover a limpeza e desinfeção, antes e após cada utilização ou interação pelo cliente, dos terminais de pagamento automático (TPA), equipamentos, objetos, superfícies, produtos e utensílios de contacto direto com os clientes;
- Os operadores económicos devem promover a contenção, tanto quanto possível, pelos trabalhadores ou pelos clientes, do toque em produtos ou equipamentos bem como em artigos não embalados, os quais devem preferencialmente ser manuseados e dispensados pelos trabalhadores;
- Nos estabelecimentos de comércio a retalho de vestuário e similares, durante a presente fase, deve ser promovido o controlo do acesso aos provadores, salvaguardando-se, quando aplicável, a inativação parcial de alguns destes espaços, por forma a garantir as distâncias mínimas de segurança, e garantindo-se a desinfeção dos mostradores, suportes de vestuário e cabides após cada utilização, bem como a disponibilização de soluções desinfetantes cutâneas para utilização pelos clientes;
- Em caso de trocas, devoluções ou retoma de produtos usados, os operadores devem, sempre que possível, assegurar a sua limpeza e desinfeção antes de voltarem a ser disponibilizados para venda, a menos que tal não seja possível ou comprometa a qualidade dos produtos;

### 13. Regras de ocupação, permanência e distanciamento físico

Estas regras são aplicáveis a todos os estabelecimentos que se encontrem abertos ao público.

- A afetação dos espaços acessíveis ao público deve observar regra de ocupação máxima (que não inclui funcionários e prestadores de serviços) indicativa de 0,05 pessoas por metro quadrado de área (área destinada ao público, incluindo as áreas de uso coletivo ou de circulação, à exceção das zonas reservadas a estacionamento de veículos), com exceção dos estabelecimentos de prestação de serviços;
- A adoção de medidas que assegurem uma distância mínima de dois metros entre as pessoas, salvo disposição especial ou orientação da DGS em sentido distinto;
- A garantia de que as pessoas permanecem dentro do espaço apenas pelo tempo estritamente necessário;

- A proibição de situações de espera para atendimento no interior dos estabelecimentos de prestação de serviços, devendo os operadores económicos recorrer, preferencialmente, a mecanismos de marcação prévia;
- A definição, sempre que possível, de circuitos específicos de entrada e saída nos estabelecimentos e instalações, utilizando portas separadas;
- A observância de outras regras definidas pela DGS;

### 13.1. Restauração e similares – Condições de funcionamento<sup>72</sup>

- Cumprimento das normas enunciadas pela DGS.
- A ocupação, no interior do estabelecimento, deverá ser limitada a 50 % da respetiva capacidade, ou, em alternativa, devem ser utilizadas barreiras físicas impermeáveis de separação entre os clientes que se encontrem frente a frente e um afastamento entre mesas de um metro e meio;
- A partir das 00:00 h o acesso ao público ficará excluído para novas admissões;
- O estabelecimento deverá encerrar à 01:00 h.
- Deverá recorrer a mecanismos de marcação prévia, a fim de evitar situações de espera para atendimento nos estabelecimentos, bem como no espaço exterior.
- A ocupação ou o serviço em esplanadas apenas é permitida, desde que sejam respeitadas, com as necessárias adaptações, as orientações da DGS para o setor da restauração.
- Nas áreas de consumo de comidas e bebidas (food-courts) dos conjuntos comerciais deve prever-se a organização do espaço por forma a evitar aglomerações de pessoas e a respeitar, com as devidas adaptações, as orientações da DGS para o setor da restauração.
- Os estabelecimentos de restauração e similares que pretendam manter a respetiva atividade, total ou parcialmente, para efeitos de confeção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio, diretamente ou através de intermediário, estão dispensados de licença para confeção destinada a consumo fora do estabelecimento ou entrega no domicílio e podem determinar aos seus trabalhadores, desde que com o seu consentimento, a participação nas

---

<sup>72</sup> Conforme Informação disposta na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020 de 14 de Julho de 2020.

respetivas atividades, ainda que as mesmas não integrassem o objeto dos respetivos contratos de trabalho.

### 13.2.3. Feiras e mercados - Condições

- Para cada recinto de feira ou mercado, deve existir um plano de contingência para a COVID-19, elaborado pela autarquia local competente ou aprovado pela mesma, que deverá estar disponibilizado no sítio do município na Internet, no caso de feiras e mercados sob exploração de entidades privadas.
- O referido plano de contingência deve, com as necessárias adaptações, respeitar as regras em vigor para os estabelecimentos de comércio a retalho quanto a ocupação, permanência e distanciamento físico, assim como as orientações da DGS, prevendo um conjunto de procedimentos de prevenção e controlo da infeção, designadamente:
  - a) Procedimento operacional sobre as ações a desencadear em caso de doença, sintomas ou contacto com um caso confirmado da doença COVID-19;
  - b) Implementação da obrigatoriedade do uso de máscara ou viseira por parte dos feirantes e comerciantes e dos clientes;
  - c) Medidas de distanciamento físico adequado entre lugares de venda, quando possível;
  - d) Medidas de higiene, nomeadamente a obrigatoriedade de cumprimento de medidas de higienização das mãos e de etiqueta respiratória, bem como a disponibilização obrigatória de soluções desinfetantes cutâneas, nas entradas e saídas dos recintos das feiras e mercados, nas instalações sanitárias, quando existentes, bem como a respetiva disponibilização pelos feirantes e comerciantes, quando possível;
  - e) Medidas de acesso e circulação relativas, nomeadamente:
    - i) À gestão dos acessos ao recinto das feiras e dos mercados, de modo a evitar uma concentração excessiva, quer no seu interior, quer à entrada dos mesmos;
    - ii) Às regras aplicáveis à exposição dos bens, preferencialmente e sempre que possível, mediante a exigência de disponibilização dos mesmos pelos feirantes e comerciantes;
    - iii) Aos procedimentos de desinfeção dos veículos e das mercadorias, ajustados à tipologia dos produtos e à organização da circulação;

- f) Plano de limpeza e de higienização dos recintos das feiras e dos mercados;
- g) Protocolo para tratamento dos resíduos, em particular no que diz respeito aos equipamentos de proteção individual.

#### 14. Emprego Interior MAIS - Mobilidade Apoiada para Um Interior Sustentável<sup>73</sup>

Trata-se da atribuição de um apoio financeiro pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), para trabalhadores que celebrem contratos de trabalho ou criem o seu próprio emprego ou empresa, cujo local de trabalho implique a sua mobilidade geográfica para território do interior.

Este apoio é destinado a desempregados e empregados à procura de novo emprego.

Para ser possível candidatar-se ao mesmo, será necessário ter a respetiva situação tributária e contributiva regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social e não se encontrar em situação de incumprimento no que respeita a apoios financeiros concedidos pelo IEFP.

A atribuição dos apoios previstos na presente medida depende da celebração de contrato de trabalho por conta de outrem ou da criação do seu próprio emprego ou empresa, cujo local de prestação de trabalho seja situado em território do interior e que implique mudança de residência<sup>74</sup>.

A mudança de residência, para ser elegível, deverá ser efetuada a título permanente; a residência anterior do trabalhador não pode situar-se em território nacional classificado como do interior; a nova residência do trabalhador deve situar-se em concelho ou freguesia classificado como território do interior. A mudança deverá ser realizada nos 90 dias consecutivos anteriores ou posteriores ao início do contrato de trabalho ou da criação do próprio emprego ou empresa, pelo que a nova residência e o novo posto de trabalho devem situar-se em territórios do interior.

---

<sup>73</sup> Portaria n.º 174/2020 de 17 de julho

<sup>74</sup> Conforme Art. 3º nº1 da Portaria n.º 174/2020 de 17 de Julho.

O apoio financeiro terá o valor de 6 IAS (€ 2.632,86), ao qual pode acrescer um apoio complementar para comparticipação dos custos de transporte de bens para a nova residência, com o limite de 2 IAS (€ 877,62).

São elegíveis as despesas realizadas a partir de 1 de outubro de 2019 e até ao 12º mês posterior ao pagamento da primeira prestação do apoio.

O apoio financeiro é majorado em 20 % por cada elemento do agregado familiar do destinatário que o acompanhe na mudança de residência para território do interior, até um limite de 3 IAS (€ 1 316,43).

A candidatura deverá ser apresentada ao IEF, que decidirá no prazo de 20 dias úteis, com os seguintes documentos:

1. Cópia do contrato de trabalho ou documento comprovativo da criação do próprio emprego ou empresa.
2. Documento comprovativo da mudança de residência.
3. Declaração de não dívida ou autorização de consulta online da situação contributiva perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e a segurança social;
4. Documento comprovativo da composição do agregado familiar.

Após a notificação da decisão de aprovação da candidatura, devem ser apresentados os seguintes documentos:

1. Termo de aceitação da decisão de aprovação e comprovativo de IBAN, no prazo de 10 dias úteis;
2. Comprovativos das despesas já efetuadas com o transporte de bens para a nova residência;
3. Documentos comprovativos da mudança de residência dos membros do agregado familiar, para efeitos de atribuição da majoração.

O apoio é pago da seguinte forma:

- a) 50 % do montante total aprovado, no prazo de 10 dias úteis após a entrega do termo de aceitação e da documentação;

- b) 25 % do montante total aprovado, no sétimo mês civil após a data de início do contrato de trabalho ou da criação do próprio emprego ou empresa;
- c) 25 % do montante total aprovado, no décimo terceiro mês após a data de início do contrato de trabalho ou da criação do próprio emprego ou empresa.

A atribuição dos apoios previstos na presente medida não prejudica a atribuição de outros apoios à contratação para o mesmo posto de trabalho, nomeadamente os apoios previstos na medida Contrato-Emprego ou os apoios previstos no Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECE). No entanto não é cumulável, para o mesmo destinatário com a medida de Apoio à Mobilidade Geográfica no Mercado de Trabalho, a medida de Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego e nem com a medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes.

## 15. Contabilidade

### 15.1. Limitação extraordinária de pagamentos por conta em sede de IRS ou IRC de 2020

No âmbito do regime previsto no artigo 107.º do Código do IRC, relativamente a Entidades que exerçam, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola.

Este regime é aplicável, ao primeiro e segundo pagamentos por conta relativos ao período de tributação de 2020, até ao limite de 50 % do respetivo quantitativo, desde que a média mensal de faturação comunicada através do E-fatura referente aos primeiros seis meses do ano de 2020 evidencie uma quebra de, pelo menos, 20 % em relação à média verificada no período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade em ou após 1 de janeiro de 2019, em relação à média do período de atividade anteriormente decorrido<sup>75</sup>.

É igualmente aplicável<sup>76</sup> à totalidade do quantitativo do primeiro e segundo pagamentos por conta relativos ao período de tributação de 2020, desde que a média mensal de faturação comunicada

---

<sup>75</sup> Informação presente em Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho, que Procede à segunda alteração à Lei n.º 2/2020, de 31 de março (Orçamento do Estado para 2020), e à alteração de diversos diplomas, no seu Art. 12º, nº2.

<sup>76</sup> De acordo com o Art. 12º nº3 da Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho.

através do E-fatura referente aos primeiros seis meses do ano de 2020 evidencie uma quebra de, pelo menos, 40 % em relação à média verificada no período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade em ou após 1 de janeiro de 2019, em relação à média do período de atividade anteriormente decorrido, ou quando a atividade principal do sujeito passivo se enquadre na classificação de atividade económica de alojamento, restauração e similares, ou quando o sujeito passivo seja classificado como cooperativa ou como micro ou PME.

A atividade principal do sujeito passivo enquadra-se na classificação de atividade económica de alojamento, restauração e similares quando o volume de negócios referente a essas atividades corresponde a mais de 50 % do volume de negócios total obtido no período de tributação anterior<sup>77</sup>.

## 15.2. Devolução antecipada de pagamentos especiais por conta não utilizados

Este procedimento pode ser desencadeado por cooperativas, microempresas ou PME, podendo ser solicitado o reembolso integral da parte do Pagamento Especial por Conta que não foi deduzida, até ao ano de 2019, sem que seja considerado o prazo definido de 90 dias<sup>78</sup>.

## 15.3. Incentivo às reestruturações empresariais

Relativamente a operações de fusão, não é aplicável o limite<sup>79</sup> ( limite relativamente a cada período de tributação, relativamente ao valor correspondente à proporção entre o valor positivo do património líquido da sociedade fundida, ou dos estabelecimentos estáveis da sociedade fundida ou da sociedade contribuidora, e o valor do património líquido de todas as sociedades ou estabelecimentos estáveis envolvidos na operação de fusão ou entrada de ativos, determinados com base no último balanço anterior à operação.) durante os primeiros três períodos de tributação, desde que sejam preenchidas as seguintes condições<sup>80</sup>:

1. Os sujeitos passivos envolvidos sejam microempresas ou PME;

<sup>77</sup> Conforme disposto no Art. 12º nº4 da Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho.

<sup>78</sup> Prazo disposto no n.º 3 do artigo 93.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

<sup>79</sup> n.º 4 do artigo 75.º do Código de IRC.

<sup>80</sup> Conforme Art. 14º nº1 da Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho.



2. Nenhum dos sujeitos passivos resulte de cisão efetuada nos três anos anteriores à data da realização da fusão;
3. A atividade principal dos sujeitos passivos seja substancialmente idêntica;
4. Os sujeitos passivos tenham iniciado a atividade há mais de 12 meses;
5. Não sejam distribuídos lucros durante três anos, contados da data de produção de efeitos do presente benefício;
6. Não existam relações especiais entre as sociedades envolvidas, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Código do IRC<sup>81</sup>;
7. Os sujeitos passivos tenham a situação tributária regularizada à data da fusão.

#### 15.4. Regime excecional de pagamento em prestações para dívidas tributárias e dívidas à segurança social

Este regime excecional aplica-se a dívidas tributárias respeitantes a factos tributários ocorridos entre 9 de março e 30 de junho de 2020 e às dívidas tributárias e dívidas de contribuições mensais devidas à segurança social vencidas no mesmo período.

Existindo planos prestacionais para as dívidas supramencionadas, o pagamento da primeira prestação é efetuado no terceiro mês seguinte àquele em que for notificado o despacho de autorização do pagamento em prestações.

No âmbito do Art. 17º da Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho, “quando um devedor esteja a cumprir plano prestacional autorizado pela Autoridade Tributária e Aduaneira ou pela segurança social nos termos de plano de recuperação aprovado no âmbito de processo de insolvência, processo especial de revitalização, processo especial para acordo de pagamento ou acordo sujeito ao regime extrajudicial de recuperação de empresas, e tenha constituído ou venha a constituir dívidas mencionadas no número anterior, pode requerer, respetivamente, à Autoridade Tributária e Aduaneira ou à segurança social o pagamento em prestações daquelas dívidas, sujeitas às mesmas condições aprovadas para o plano em curso e pelo número de prestações em falta no mesmo”. No

---

<sup>81</sup> Este Artigo poderá ser consultado em: [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node\\_id&value=1484768](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=1484768).

entanto, caso os planos prestacionais em curso terminem antes de 31 de dezembro de 2020, o número de prestações aplicável às novas dívidas pode ser estendido até essa data<sup>82</sup>.

## 15.5. Diminuição dos prazos de garantia para acesso a prestações de desemprego e ao subsídio por cessação de atividade

Podem ser requeridos, pelas pessoas a que aos mesmos tenham direito, os seguintes subsídios<sup>83</sup>:

- Têm direito ao subsídio de desemprego os trabalhadores que tenham entre 180 dias e 360 dias de trabalho por conta de outrem, com o correspondente registo de remunerações, num período de 24 meses imediatamente anterior à data do desemprego e que tenham ficado sem emprego durante o período de estado de emergência e de situação de calamidade pública. Este subsídio vigora até dezembro de 2020, transitando os respetivos beneficiários, a partir de janeiro de 2021, para o subsídio social de desemprego, sem condição de recursos.
- Têm direito ao subsídio por cessação de atividade os beneficiários que tenham 180 dias de exercício de atividade independente economicamente dependente, com o correspondente pagamento efetivo de contribuições, num período de 24 meses imediatamente anterior à data da cessação involuntária do contrato de prestação de serviços e que tenham cessado a atividade durante o período de estado de emergência ou situação de calamidade pública.
- Têm direito ao subsídio por cessação de atividade profissional os beneficiários que tenham 360 dias de exercício de atividade profissional, com o correspondente registo de remunerações num período de 48 meses imediatamente anterior à data da cessação de atividade e que tenham cessado atividade durante período de estado de emergência ou situação de calamidade pública.

---

<sup>82</sup> Art. 14º nº1 da Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho.

<sup>83</sup> Conforme Art. 20º da Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho.

## 16. Apoio ao investimento no sector agroalimentar agrícola

Este apoio, financiado pelo Banco Europeu de Investimento e pelo PDR2020, destina-se a jovens que desejam enveredar pela via agrícola, pela primeira vez, no interior do país, assim como agricultores de produção biológica, agrupamentos e organizações de produtores.

Relativamente à Agricultura biológica, esta terá em conta a zona interior do país como critério de localização prioritário.

No âmbito de agrupamentos e organizações de produtores, nomeadamente de multiprodutos, será preferencial a localização no interior do país, na seleção de projetos de promoção de produtos.

É igualmente criada uma linha de crédito do Banco Europeu de Investimento para complementar investimentos novos e em curso no âmbito PDR2020 e para fundo de maneiio.

## 17. Programa Adaptar Social +<sup>84</sup>

Este programa, direcionado para instituições particulares de solidariedade social (ou instituições legalmente equiparadas), que se encontrem em cooperação com a Segurança Social, visa apoiar os custos de aquisição de equipamentos de proteção individual para trabalhadores e utentes, equipamentos de higienização, contratos de desinfeção, os custos com a formação de trabalhadores, reorganização dos locais de trabalho e alterações de layout dos equipamentos das respostas sociais. O valor operacional para estes custos não pode, no entanto, ser superior a € 10.000.

De modo a serem consideradas elegíveis para este apoio, as entidades deverão: Estar legalmente constituídas em 1 de março de 2020; dispor de contabilidade organizada e ter a situação regularizada em matéria de obrigações contabilísticas, designadamente a prestação de contas à Segurança Social, se e quando aplicável; e ter ou poder assegurar, até à assinatura do termo de aceitação, a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social.

### Despesas elegíveis:

---

<sup>84</sup> Informação presente na Portaria n.º 178/2020 de 28 de Julho.

Primeiramente, as despesas elegíveis devem ter sido efetuadas desde 19 de março de 2020 e com duração máxima de execução até 31 de dezembro de 2020, sendo estas as seguintes<sup>85</sup>:

1. Aquisição de equipamentos de proteção individual para utilização pelos trabalhadores e utentes, nomeadamente máscaras, luvas, viseiras e outros;
2. Aquisição e instalação de equipamentos de higienização, de dispensa automática de desinfetantes, bem como respetivos consumíveis, nomeadamente solução desinfetante;
3. Aquisição e instalação de equipamentos para monitorização de parâmetros vitais que permitam detetar precocemente sintomas de COVID-19, tais como aparelhos de medição de pressão arterial, termómetros e oxímetros;
4. Contratação de serviços de desinfeção das instalações;
5. Reorganização e adaptação de locais e de layout de espaços às orientações e boas práticas do atual contexto, designadamente instalação de portas automáticas, instalação de soluções de iluminação por sensor, instalação de dispensadores por sensor nas casas de banho, criação de áreas de contingência, entre outros;
6. Isolamento físico de espaços, designadamente instalação de divisórias entre equipamentos, células de produção, secretárias, postos ou balcões de atendimento;
7. Aquisição e instalação de outros dispositivos de controlo e distanciamento físico;
8. Custos com a aquisição e colocação de informação e orientação dirigidas aos trabalhadores, aos utentes e ao público, incluindo sinalização vertical e horizontal, no interior e exterior dos espaços;
9. Aquisição de serviços de consultoria especializada para a adaptação das respostas sociais aos novos desafios do contexto subsequente à pandemia da doença COVID-19, nomeadamente para o redesenho do layout das instalações, para a elaboração de planos de contingência e manuais de boas práticas.
10. Despesas com a realização de ações de formação profissional para os trabalhadores das respostas sociais, no âmbito de projetos apresentados pelas entidades representativas do setor social e solidário e do setor lucrativo.

---

<sup>85</sup> Conforme Art. 5º da Portaria n.º 178/2020 de 28 de Julho.

### Despesas não elegíveis<sup>86</sup>:

1. Trabalhos enquadrados no âmbito das respostas sociais desenvolvidos pela própria entidade beneficiária, isto é, trabalhos para ela própria;
2. Aquisição de bens em estado de uso;
3. Imposto sobre o valor acrescentado recuperável, ainda que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário.

As candidaturas a este programa devem ser apresentadas no centro distrital da Segurança Social, através de formulário próprio e enviado para o endereço disponibilizado no site da Segurança Social, que elaborará a sua decisão num prazo de 10 dias úteis após a apresentação da candidatura. Caso seja deferida, o candidato deverá assinar o termo de aceitação.

Inicialmente será pago um montante correspondente a 50 % do incentivo aprovado, sendo que o pedido do pagamento final deverá ser requerido no prazo máximo de 60 dias úteis após a data de conclusão do projeto, no qual deverá constar uma declaração da despesa efetuada, confirmada por contabilista certificado.

## 18. Promoção Turística

No âmbito da necessidade da promoção turística em Portugal, foi criado um Aviso para a zona Centro, de modo a reforçar a notoriedade da Região, no qual é promovido um “apoio financeiro a investimentos que visem promover a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do riquíssimo património natural e cultural existente na Região Centro, enquanto instrumento de diferenciação e competitividade dos territórios designadamente através da sua valorização e da efetiva qualificação da oferta turística”<sup>87</sup>.

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020.

---

<sup>86</sup> Informação disposta no Art. 7º da Portaria n.º 178/2020 de 28 de Julho.

<sup>87</sup> Conforme Aviso N.º CENTRO-14-2020-76, p.4.

Este aviso apoia as seguintes tipologias de operações:

1. Promoção turística de territórios de elevado valor natural, cultural e paisagístico; bem como promoção do turismo da natureza, do turismo aventura ou de práticas mais tradicionais de turismo cultural e turismo religioso;
2. Criação e promoção de novas rotas turísticas, centradas em recursos e produtos endógenos (e. g. vinhos), artes e saberes (e. g. vidro, lanifícios e cerâmicas) e na produção cultural (e. g. escritores);
3. Utilização das TICE, sinalética e outros instrumentos de aproximação e visibilidade da região e do seu património nos mercados e junto dos visitantes.

**Despesas elegíveis ao abrigo deste Aviso<sup>88</sup>:**

- a) Aquisição de serviços especializados indispensáveis à criação e manutenção de conteúdos digitais de promoção dos territórios, seus recursos e produtos, associados à marca Turismo Centro de Portugal;
- b) Despesas relacionadas com a realização de programas e campanhas, orientados para o envolvimento de atores e agentes turísticos, que apresentem potencial de captação de fluxos turísticos e desde que sejam estabelecidas contratualmente;
- c) Despesas de divulgação e publicidade, incluindo assessorias específicas de imprensa e comunicação, desde que associadas especificamente à promoção do projeto, e desde que devidamente justificadas pelo tipo de público que se pretende captar;
- d) Despesas associadas às atividades de promoção de boas práticas e de produtos de excelência;
- e) Realização de estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias diretamente ligados à operação, incluindo a elaboração da Análise Custo-Benefício, quando aplicável.

## 19. Organização de feiras, congressos e outros eventos similares

---

<sup>88</sup> Conforme Aviso N.º CENTRO-14-2020-76, p.6.

As entidades incluídas neste CAE (82300), têm direito à restituição do montante equivalente ao IVA suportado e não dedutível com as despesas relativas à organização de congressos, feiras, exposições, seminários, conferências e similares<sup>89</sup>, podendo este reembolso ser requerido ao Turismo de Portugal (que tomará a sua decisão relativamente ao pedido num prazo de 90 dias), através do portal EPortugal.

As entidades apenas poderão ser restituídas no montante equivalente aos 50 % do IVA suportado e não dedutível no âmbito do seu CAE e em atividades contratualizadas diretamente com o prestador de serviços ou através de entidades legalmente habilitadas para o efeito e comprovadamente contribuam para a realização de operações tributáveis em IVA.

**As despesas elegíveis para restituição são<sup>90</sup>:**

1. Despesas de transportes e viagens de negócios e do seu pessoal, incluindo as portagens;
2. Despesas respeitantes a alojamento, alimentação, bebidas;
3. Despesas de receção, incluindo as relativas ao acolhimento de pessoas estranhas à empresa;
4. Despesas relativas a imóveis ou parte de imóveis e seu equipamento, destinados principalmente a tais receções.

## 20. APOIAR.PT<sup>91</sup>

Este apoio consiste em subsídios a fundo perdido para Micro e Pequenas empresas com quebras de faturação superiores a 25%, que atuem nos setores afetados pelas medidas excecionais de mitigação da crise sanitária:

a) comércio e serviços abertos ao consumidor com encerramento decretado em março de 2020 (e que continuam a sofrer consequências), tais como:

1. Discotecas;
2. Bares
3. Atividades desportivas, salvo as destinadas à atividade dos atletas de alto rendimento;
4. Restaurantes e similares, cafetarias, casas de chá, bares e restaurantes de hotel, esplanadas e máquinas de vending;

---

<sup>89</sup> Informação disposta no Decreto-Lei n.º 54/2020 de 11 de agosto, Art. 2º

<sup>90</sup> De acordo com o exposto no Art. 3º n.º2 do Decreto-Lei n.º 54/2020 de 11 de agosto.

<sup>91</sup> Conforme informação disposta na Portaria n.º 271-A/2020 de 24 de novembro.

5. Termas e spas;
6. Parques aquáticos e jardins zoológicos;
7. Ginásios, estádios, piscinas, courts de ténis, padel, ginásios e academias
8. Auditórios, cinemas, teatros e salas de concertos

b) Atividades da cultura

c) Alojamento e atividades turísticas

d) Restauração

Este apoio tem um montante global de € 750 milhões.

O apoio será disponibilizado a partir de 25 de novembro, através do Portugal 2020, sendo que os candidatos deverão registar-se antecipadamente no Balcão 2020.

Este registo, que requer apenas o NIF e o código de acesso à Autoridade Tributária, facilitará o processo de submissão e aprovação das candidaturas ao programa Apoiar.pt, dando origem a um formulário pré-preenchido. No final do registo, receberá a chave de acesso à candidatura, que poderá efetuar a 25 de novembro de 2020.

Nesta data, o formulário de candidatura irá encontrar-se parcialmente preenchido com os dados de identificação comercial, informação relativa à Segurança Fiscal, Autoridade Tributária e Aduaneira, entre outros dados.

O candidato deverá indicar o Contabilista Certificado da Empresa. Terá de ser realmente o Contabilista responsável pela Empresa, e não do Empresário enquanto pessoa singular.

Feita esta indicação a candidatura fica disponível para este contabilista certificado, na qual o Contabilista vai colocar os valores respeitantes á faturação, indicando a quebra para demonstrar a elegibilidade.

É o Contabilista Certificado que termina a candidatura, após verificação dos dados.



Não é necessário anexar nenhum documento.

**Critérios de elegibilidade:**

1. As empresas devem incluir-se nos setores mais afetados pelas medidas de mitigação da crise sanitária;
2. Quebra de faturação superior a 25% nos primeiros 9 meses de 2020 (face ao período homólogo de 2019);
3. Declarar uma diminuição da faturação média mensal através do E-fatura de pelo menos 25% no ano de 2020 (ou face à média mensal, caso tenham iniciado atividade em 2019, considerando meses civis completos, até 29 de fevereiro de 2020)<sup>92</sup>;
4. Apresentar capitais próprios positivos em 2019, exceto se a empresa tiver sido criada em 2019;
5. Situação financeira regularizada junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Banca e SGM (Caso as empresas regularizem a sua situação na Segurança Social e Autoridade Tributária e Aduaneira antes de efetuar a candidatura, devem verificar se a situação se encontra atualizada na base de dados de ambas as entidades);
6. Estar legalmente constituído a 1 de janeiro de 2020;
7. Dispor da Certificação Eletrónica que comprova o estatuto de micro ou pequena empresa<sup>93</sup>;
8. Dispor de contabilidade organizada;
9. Estar registada no Balcão Portugal 2020;
10. Ter CAE principal elegível para candidatura, registado no SiCAE. (os CAEs secundários não são relevantes para a candidatura, mesmo que os CAEs secundários sejam elegíveis, se o CAE principal não for elegível, a Empresa não poderá efetuar a candidatura);
11. O NIB / IBAN inserido na candidatura deverá pertencer diretamente à empresa, não a um sócio;

---

<sup>92</sup> Alteração efetuada na Portaria n.º 15-B/2021 de 15 de janeiro.

<sup>93</sup> Nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual, emitida pelo IAPMEI, I. P.

12. Empresários em Nome Individual podem candidatar-se desde que disponham de contabilidade organizada.

O montante deste apoio corresponde a uma percentagem de quebra da faturação que as empresas podem ter sofrido nos primeiros 3 trimestres de 2020 (numa comparação entre os primeiros 3 trimestres de 2019 e 2020). O apoio consiste no pagamento de uma percentagem, em cerca de 20% dessa perda. Esse montante corresponde aos custos fixos das empresas deduzidos dos custos salariais, que continuam a beneficiar de apoios à manutenção do emprego.

**Este apoio tem limite para:**

1. **Microempresas:** € 7.500
2. **Pequenas Empresas:** € 40.000

**No caso de bares e discotecas e similares (animação noturna):**

1. **Microempresas:** € 11.250
2. **Pequenas empresas:** € 60.000

**As empresas que beneficiem deste apoio têm as seguintes obrigações:**

- Manutenção do Emprego. – A empresa não poderá proceder a despedimentos (individuais ou coletivos) por razões económicas, no período em que durar o apoio. No entanto, caso o trabalhador e a empresa terminem contrato por mútuo acordo, a empresa continuará a ser elegível no âmbito do apoio);
- Não distribuição de lucros ou outros fundos a sócios;
- Cessar a atividade;
- Nenhuma das condições podem ser violadas desde o momento da candidatura até aos 60 dias úteis após receber o pagamento final.

As decisões relativamente ao apoio serão tomadas pela entidade responsável no prazo de 20 dias.

A confirmação do Termo de Aceitação por parte da empresa é essencial para receber o apoio. A aprovação caducará no prazo de 30 dias se a empresa não confirmar o Termo de Aceitação ou no caso de não se verificar a diminuição da faturação<sup>94</sup>.

### **Pagamento do apoio:**

Os primeiros pagamentos do Apoiar.pt deverão ser concretizados na primeira quinzena de dezembro.

O pagamento final poderá ser pedido 60 dias após o pagamento inicial. Ao contrário do que ocorre no primeiro pagamento, este não será automático, tendo de ser pedido diretamente pelo Beneficiário Efetivo da Empresa.

O período de candidaturas é fechado quando esgotar a dotação, fecha automaticamente. Não existe uma data de encerramento do apoio.

## 20.1. Novidades no âmbito do Apoiar.pt<sup>95</sup>

### **1. Este apoio foi recentemente alargado a:**

Médias empresas e empresas com mais de 250 trabalhadores, mas menos de 50 M€ de faturação, com um valor até 100 000 € por empresa.

Empresários em nome individual sem contabilidade organizada, com trabalhadores a seu cargo, com um valor até € 3.000.

### **2. Capitais próprios**

---

<sup>94</sup> Alteração efetuada na Portaria n.º 15-B/2021 de 15 de janeiro.

<sup>95</sup> Novidades provenientes do Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 2020.

As empresas que se encontravam numa situação de capitais próprios negativos a 31 de dezembro de 2019 poderão aceder ao Apoioar.pt, desde que comprovem que foram capazes de repor os capitais próprios. O empresário, ao repor os capitais próprios, passa a poder aceder ao apoio.

### **3. Dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social**

Surge a possibilidade de aprovação de candidatura ao Apoioar.pt de empresas com dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social, sujeita à condição de regularização dessas suas dívidas.

### **4. Manutenção das obrigações**

Os empresários abrangidos pelas novas características mantêm-se também obrigados a manter os postos de trabalho (não efetuar despedimentos) e não podem distribuir lucros ou outros fundos a sócios.

## **20.2. APOIAR.PT 2021<sup>96</sup>**

O programa APOIAR.PT era dirigido a Empresas para compensar as perdas de faturação nos 3 primeiros semestres de 2020, em comparação a 2019, remunerando às Empresas 20% dessa quebra de faturação. Este programa tem como objetivo a manutenção dos postos de trabalho e não deverá ocorrer distribuição de lucros.

Agora, em 2021, o apoio será estendido para compensar as perdas de faturação do quarto trimestre de 2020, apoiando também por antecipação do primeiro trimestre de 2021, equivalente àquele que se estabeleceu para o 4º trimestre.

A partir de dia 18 de janeiro, as empresas que já beneficiaram da primeira tranche do apoio poderão requerer o pagamento da segunda tranche, inicialmente prevista para ocorrer entre 60 e 90 dias úteis após o primeiro pagamento.

---

<sup>96</sup> Regulamentado na Portaria n.º 15-B/2021 de 15 de janeiro.

Para as empresas que já se encontravam a receber este apoio vai ser possível apresentar novas candidaturas com estes novos limites de apoio.

Irá ocorrer também o pagamento de um apoio extraordinário para majoração do apoio anterior, para compensar as despesas de natureza não-salarial das empresas.

### 20.2.1. Extensão e reforço do apoio

Este apoio foi alargado ao 4º Trimestre de 2020, relativamente às perdas de faturação. As empresas devem indicar a perda de faturação do 4º trimestre de 2020, por comparação com o 4º trimestre de 2019 e será pago o valor correspondente a 20% dessa quebra de faturação e para esse efeito são alargados os limites de apoio por empresa:

- **Microempresas:** de € 7.500 para €10.000.
- **Pequenas empresas:** de € 40.000 para € 55.000.
- **Médias e grandes empresas:** € 135.000.

#### 20.2.1.1. Empresas cuja atividade se encontra encerrada por determinação legal ou administrativa

Estas empresas têm o seu apoio alargado ao 4º Trimestre de 2020, com o seguinte aumento dos limites máximos de apoio:

- **Microempresas:** de € 11.250 para € 55.000.
- **Pequenas empresas:** de € 60.000 para € 135.000.

As empresas deverão receber o mais rapidamente possível um apoio a fundo perdido para compensar custos fixos que tenham, para além dos salários dos seus trabalhadores durante o período de confinamento. Atribui-se um subsídio idêntico à perda de faturação no 4º trimestre de 2020.

#### 20.2.1.2. Apoio extraordinário à manutenção da atividade no 1º trimestre de 2021

Relativamente a este apoio ocorre uma duplicação do apoio referente ao 4º trimestre de 2020, com um aumento de limites máximos para:

- **Microempresas:** aumento de € 2.500.
- **Pequenas empresas:** aumento de € 13.750.
- **Médias e grandes empresas:** aumento de € 33.750.

#### 20.2.1.3. Empresas cuja atividade se encontra encerrada por determinação legal ou administrativa (1º trimestre de 2021) – com majoração.

Nestas empresas ocorre uma duplicação do apoio referente ao 4º trimestre de 2020, com limites máximos de:

- **Microempresas:** aumento de € 13.750.
- **Pequenas empresas:** aumento de € 33.750.

#### 20.2.2. APOIAR – micro e pequenas empresas (Reforço)

##### **Beneficiários:**

Este apoio é dirigido a Empresários em Nome Individual com contabilidade organizada, assim como a micro e pequenas empresas.

##### **Valores:**

O valor atribuído, a título de apoio a fundo perdido será de 20% da quebra de faturação de todo o ano 2020, até ao limite de:

- a) Microempresas: € 12.500 (incluindo apoios extraordinários)
- b) Pequenas empresas: € 68.750 (incluindo apoios extraordinários)

**Candidaturas e pagamento:**

A abertura de candidaturas inicia-se a 21 de janeiro e o início de pagamentos terá lugar na primeira semana de fevereiro.

### 20.2.3. APOIAR – Médias empresas

**Beneficiários:**

Este apoio é dirigido a Médias empresas e grandes empresas, com faturação inferior a € 50 M.

**Valores:**

O valor atribuído, a título de apoio a fundo perdido será de 20% da quebra de faturação de todo o ano 2020, até ao limite de:

- a) 168.750 € por empresas, incluindo apoio extraordinário.

**Candidaturas e pagamento:**

A abertura de candidaturas inicia-se a 21 de janeiro e o início de pagamentos terá lugar na primeira semana de fevereiro.

### 20.2.4. APOIAR + Simples

**Beneficiários:**

Empresários em Nome Individual em regime de contabilidade simplificada, com trabalhadores a cargo.

**Critérios de elegibilidade dos beneficiários e condições de acesso:**

- Ter declarado início ou reinício de atividade junto da Autoridade Tributária e Aduaneira até 1 de janeiro de 2020;
- Dispor de Certificação PME;
- Declarar uma diminuição da faturação (através do E-fatura) de, pelo menos, 25 % em 2020, face ao ano anterior ou, caso tenham iniciado atividade em 2019, uma diminuição da faturação média mensal (através do E-fatura) de pelo menos 25% no ano de 2020 (face à média mensal, considerando meses civis completos, até 29 de fevereiro de 2020);
- Declarar a diminuição de faturação da empresa no ano de 2020 face ao ano de 2019, ou caso tenha iniciado a sua atividade no ano de 2019, face à média mensal, considerando meses civis completos;
- Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Ter a situação regularizada em matéria de reposições (em caso de financiamentos FEEI);
- Ter trabalhadores por conta de outrem à data da candidatura.

**Valores:**

O valor atribuído, a título de apoio a fundo perdido será de 20% da quebra de faturação de todo o ano 2020, até ao limite de:

a) € 5 mil por ENI, incluindo um apoio extraordinário, correspondente ao 4.º trimestre de 2020, até € 1.000.

**Candidaturas e pagamento:**

A abertura de candidaturas inicia-se a 28 de janeiro e o início de pagamentos terá lugar na segunda quinzena de fevereiro.



## 20.2.5. APOIAR – Rendas<sup>97</sup>

### **Beneficiários:**

São beneficiários desta medida Empresários em Nome Individual, PME e grandes empresas com volume de negócios inferior a € 50M.

### **Critérios de elegibilidade dos beneficiários e condições de acesso:**

- Estar legalmente constituído a 1 de janeiro de 2020;
- Ser arrendatário num contrato de arrendamento para fins não habitacionais com início anterior a 13 de março de 2020 (informação que deve constar no Portal das Finanças);
- Não ter beneficiado de auxílios de emergência ou auxílios à reestruturação;
- Não ter sido objeto de um processo de insolvência;
- Apresentar capitais próprios positivos a 31 de dezembro de 2019 ou caso tal não possa ocorrer, demonstrar entrada de capital na empresa que permita anular os capitais próprios negativos. (não aplicável a ENI ou empresas que iniciaram a sua atividade após 1 de janeiro de 2019);
- Dispor, quando aplicável, da certificação eletrónica que comprova o estatuto de PME.
- Declarar uma diminuição da faturação (através do E-fatura) de, pelo menos, 25 % em 2020, face ao ano anterior ou, caso tenham iniciado atividade em 2019, uma diminuição da faturação média mensal (através do E-fatura) de pelo menos 25% no ano de 2020 (face à média mensal, considerando meses civis completos, até 29 de fevereiro de 2020);
- Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Ter a situação regularizada em matéria de reposições (em caso de financiamentos FEEI)

### **Valores:**

---

<sup>97</sup> Informação presente na Portaria n.º 15-B/2021 de 15 de janeiro.

O valor atribuído, a título de apoio a fundo perdido será para seis rendas mensais, até ao limite de:

a) Caso a quebra de faturação seja entre 25% e 40%:

- 30% da renda mensal até € 1.200/mês, com um apoio total de até € 7.200 por estabelecimento

b) Caso a quebra de faturação seja superior a 40%:

- 50% da renda mensal até € 2.000/mês com um apoio total de até € 12.000 por estabelecimento.

#### **Candidaturas e pagamento:**

A abertura de candidaturas inicia-se a 4 de fevereiro e o início de pagamentos terá lugar na segunda quinzena de fevereiro.

Após a candidatura ser aceite, os beneficiários devem conservar, durante 2 anos após o pagamento final do apoio, o comprovativo de pagamento da renda aos senhorios (realizados durante o 1º semestre de 2021), cujo montante deverá ser igual ou superior ao apoio<sup>98</sup>.

#### 20.2.6. Informação Adicional<sup>99</sup>

Os apoios relativamente ao programa APOIAR são cumuláveis entre si, assim como com outros apoios e incentivos de cariz público. Devem, no entanto, no conjunto de todos os apoios, respeitar os limites comunitários aplicáveis.

---

<sup>98</sup> Conforme Portaria n.º 15-B/2021 de 15 de janeiro.

<sup>99</sup> Conforme Portaria n.º 15-B/2021 de 15 de janeiro.

## 21. APOIAR RESTAURAÇÃO - Apoio ao setor da restauração no âmbito do recolher obrigatório

Este apoio, dirigido para Micro, Pequenas e Médias Empresas que estará disponível no Balcão 2020 a partir de 25 de novembro de 2020, tem como objetivo compensar as perdas sofridas ao longo dos fins-de semana de recolher obrigatório.

### **Critérios e condições de acesso relativos aos beneficiários:**

- As empresas deviam encontrar-se já legalmente constituídas a 1 de março de 2020
- Possuir contabilidade organizada.
- Ao contrário do que ocorre no Apoiar.pt não existe a obrigatoriedade de ter uma quebra de faturação de 25%.
- Ter sede num dos concelhos do território nacional continental abrangidos pela suspensão de atividades;
- Não ter sido objeto de um processo de insolvência;
- Apresentar capitais próprios positivos a 31 de dezembro de 2019 ou caso tal não possa ocorrer, demonstrar entrada de capital na empresa que permita anular os capitais próprios negativos. (não aplicável a ENI ou empresas que iniciaram a sua atividade após 1 de janeiro de 2019);
- Não ser uma empresa em dificuldade a 31 de dezembro de 2019 nos casos em que se trata de médias empresas e de empresas que empreguem 250 pessoas ou mais com volume de negócios não superior a € 50 milhões;
- Dispor de certificação PME, quando aplicável;
- Apresentar declaração subscrita por contabilista certificado, na qual conste a diminuição registada na faturação da empresa nos dias em que vigore a suspensão de atividades.
- Declarar uma diminuição da faturação média diária comunicada à AT no sistema e-Fatura nos dias em que vigore a suspensão de atividades, face aos fins-de-semana entre o dia 1 de janeiro de 2020 e 31 de outubro de 2020 (Caso a empresa tenha sido criada em 2020 apenas se contabiliza o período até 31 de outubro de 2020).;

- Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira;
- Ter a situação regularizada em matéria de reposições (em caso de financiamentos FEEL).

Os empresários deverão receber uma ajuda correspondente a 20% das perdas que sejam registadas nos fins de semana em que a limitação da liberdade de circulação a partir das 13h se impõe, comparativamente à média da receita obtida nos 44 fins de semana entre janeiro e outubro de 2020.

Foi igualmente decidido que este apoio à restauração poderá ser utilizado aquando da obrigatoriedade do encerramento às 15h00 nos dias 30 de novembro e 7 de dezembro de 2020.

Este apoio não-reembolsável poderá ser pago mais do que uma vez. Após o pedido do primeiro pagamento, caso voltem a existir momentos em que o encerramento da empresa prejudique o empresário.

Este apoio específico é acumulável com o programa APOIAR.PT, podendo ser utilizado o mesmo formulário para candidatura aos dois apoios.

### 21.1. Alterações ao APOIAR RESTAURAÇÃO<sup>100</sup>.

Para além das PME, podem candidatar-se ao APOIAR RESTAURAÇÃO empresas não-PME que empreguem 250 pessoas ou mais, com um volume de negócios anual não superior a € 50 milhões.

As empresas devem apresentar capitais próprios positivos a 31 de dezembro de 2019 ou caso tal não possa ocorrer, demonstrar entrada de capital na empresa que permita anular os capitais próprios negativos. Esta informação deverá ser corroborada por um contabilista certificado.

Deverão igualmente apresentar uma situação tributária e contributiva regularizada, na Segurança Social e na Autoridade Tributária e Aduaneira.

---

<sup>100</sup> Conforme Portaria n.º 15-B/2021 de 15 de janeiro.

## 22. Regime extraordinário de diferimento de obrigações fiscais e contributivas relativas aos meses de novembro e dezembro de 2020<sup>101</sup>

Foi criado para Pequenas, Médias e Microempresas a possibilidade de adiamento dos pagamentos à Segurança Social (de novembro e dezembro) e do IVA trimestral (relativo ao mês de novembro) para auxiliar as empresas a suportarem a sua quebra de faturação. De modo a poderem aceder a este regime a certificação da empresa (como Pequena, Média ou Microempresa) deverá ser efetuada por um revisor oficial de contas ou contabilista certificado.

As empresas que assim o quiserem, podem efetuar os pagamentos normalmente.

Os pagamentos à Segurança Social poderão ser efetuados em três ou seis prestações, sem juros, nos meses de julho a setembro de 2021 e nos meses de julho a dezembro de 2021. De modo a aceder a este novo sistema será necessário inserir qual o número de prestações pretendida, na Segurança Social Direta, em fevereiro de 2021.

No entanto, caso a empresa falhe um pagamento, será obrigada ao pagamento imediato de todas as prestações, terminando também a sua isenção de pagamento de juros.

Relativamente ao IVA trimestral, este poderá ser pago numa só prestação até dia 30 de novembro de 2020 ou em três ou seis prestações mensais, de valor igual ou superior a € 25, sem juros.

## 23. Medidas excecionais aplicáveis aos empreendimentos turísticos<sup>102</sup>

Os empreendimentos turísticos podem, excecional e temporariamente, disponibilizar a totalidade ou parte das unidades de alojamento que os compõem para outros usos compatíveis, sem perder a sua classificação como empreendimento turístico, desde que preencham as seguintes condições:

---

<sup>101</sup> Conforme informação disposta no Decreto-Lei n.º 99/2020 de 22 de novembro.

<sup>102</sup> Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 99/2020 de 22 de novembro.

1. Comunicação ao Instituto do Turismo de Portugal, I. P., através do Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos, da identificação das unidades de alojamento e o número de camas correspondentes a afetar a usos distintos da exploração turística.
2. Garantia da articulação dos novos usos com a atividade turística, sempre que esta se mantenha.

As suas instalações poderão ser utilizadas nos seguintes âmbitos:

1. Alojamento prolongado, com ou sem prestação de serviços;
2. Escritório e espaços de cowork;
3. Reuniões, exposições e outros eventos culturais;
4. Showrooms;
5. Ensino e formação;
6. Salas de convívio de centros de dia ou outros grupos ou organizações.

## 24. Alteração ao apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial<sup>103</sup>

Esta alteração permite que empresas que já podiam beneficiar deste apoio à retoma progressiva possam beneficiar de um apoio superior ao qual se encontravam abrangidas no mês de novembro de 2020, por força das restrições adicionais.

Até agora, a empresa calculava a sua quebra de faturação através de uma comparação com a faturação efetuada no ano anterior (ou nos meses anteriores, conforme o caso), e recebia um determinado montante associado à quebra de faturação registada. Uma vez que foram introduzidas novas restrições, em que as medidas indicadas para o período de fim-de-semana reduziram o número de horas trabalhadas, daí decorre que a quebra de faturação registada será superior.

---

<sup>103</sup> Decreto-Lei n.º 101-A/2020 de 27 de novembro.

Durante o mês de dezembro poderá ser efetuado um pedido, por parte da empresa, de modo a aceder ao nível superior de apoio, não sendo necessária a comprovação das quebras de faturação recentes, dado que ainda não é possível que estas sejam comprovadas.

O empregador, para continuar a aceder a este apoio, deverá manter mensalmente o normal funcionamento da atividade, seja no mês de pedido do apoio ou no mês de pedido de prorrogação do apoio (exceto quando a sua atividade estiver limitada por restrições anunciadas pelo Governo).

## 25. ADAPTAR - Nova data<sup>104</sup>

O Governo aprovou a prorrogação da duração máxima de execução dos projetos apoiados no âmbito do programa ADAPTAR (tanto para ADAPTAR Microempresas como para ADAPTAR PME), incentivo que permite que as empresas possam adaptar os seus espaços comerciais às circunstâncias de pandemia, de 6 meses para 9 meses a contar da data de notificação da decisão favorável, sendo 31 de março de 2021 a data de limite máximo para execução de obras de adaptação dos espaços comerciais à situação de pandemia.

## 26. Medida de Apoio Excepcional aos Artesãos e às Unidades Produtivas Artesanais<sup>105</sup>

Esta medida visa o apoio à manutenção da atividade do Artesanato, tendo sido criada para apoiar artesãos que tenham sofrido suspensão ou paragem da sua atividade durante os últimos meses.

Consiste num apoio financeiro até 4 vezes o Indexante do Apoio Social (IAS) ou 1 vez o IAS no caso do artesão ou unidade produtiva artesanal tiver adquirido o seu estatuto numa data posterior a 1 de julho de 2019, a título de subsídio não reembolsável.

Em termos de valor, o apoio corresponderá ao valor médio dos apoios concedidos entre 2017 e 2019, Programa de Promoção de Artes e Ofícios (que visa apoiar a participação em feiras e certames). Os

---

<sup>104</sup> Decreto-Lei n.º 103/2020 de 15 de Dezembro.

<sup>105</sup> Conforme Portaria n.º 285/2020 de 11 de dezembro.

beneficiários não poderão beneficiar do Programa de Promoção de Artes e Ofícios até 31 de dezembro de 2020.

O apoio será concedido pelo IEFP (Instituto do Emprego e da Formação Profissional), que tomará a sua decisão acerca da candidatura num prazo de 10 dias úteis.

O pagamento do apoio será feito de uma única vez, 15 dias úteis após a devolução do termo de aceitação por parte do beneficiário.

#### **Critérios de elegibilidade:**

- Ter a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Encontrar-se legalmente constituídos.
- Não se encontrarem em incumprimento perante algum apoio fornecido pelo IEFP.
- Ter uma ou mais candidaturas aprovadas entre os anos de 2017 e 2020 (inclusive) para participação em feiras e certames de promoção e comercialização do artesanato, no âmbito do Programa de Promoção das Artes e Ofícios. Serão igualmente elegíveis mesmo que tenham apresentado desistência (devido ao cancelamento desses eventos) ou se tenham candidatado e a sua candidatura tiver sido indeferida devido à participação em anos consecutivos. Este critério não é obrigatório para artesãos e unidades produtivas artesanais que tenham adquirido o seu estatuto numa data posterior a 1 de julho de 2019.
- Podem ainda candidatar-se ao apoio as unidades produtivas artesanais que não preencham o requisito acima descrito, desde que o processo de reconhecimento de estatuto tenha sido iniciado até 12 de dezembro de 2020<sup>106</sup>.

## 27. Novos instrumentos de apoio à situação de tesouraria das empresas<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> Alteração presente na Portaria n.º 22/2021 de 28 de janeiro.

<sup>107</sup> Informação proveniente do Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 2020. Estas medidas, que entrarão em vigor no primeiro semestre de 2021, encontram-se a aguardar a sua publicação em Diário da República.



## 27.1. Apoio a fundo perdido em custos com rendas não habitacionais<sup>108</sup>

**Para todos os contratos não- habitacionais:** Prolongamento até 30 de junho de 2021 da suspensão atualmente em vigor de efeitos relacionados com a cessação de contratos. Para todos os contratos que tenham findo durante o período de pandemia, faculta-se aos inquilinos o direito de permanecer no local arrendado mediante o pagamento da renda.

Permite as empresas receber um montante, caso registem:

- Quebra de faturação entre 25% e 40% comparativamente a 2019, terá direito a 30% do valor da renda, até 1 200 €/mês
- Quebra de faturação superior a 40% comparativamente a 2019, terá direito a 50% do valor da renda, até 2 000 €/mês

O pagamento do apoio será feito em duas tranches durante o primeiro semestre de 2021.

## 27.2. Medidas dirigidas aos estabelecimentos encerrados desde março

### 27.2.1. Regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional<sup>109</sup>

Relativamente a estabelecimentos que mantêm a obrigação de encerramento desde março de 2020, em que o pagamento das rendas relativas ao ano de 2020 tenha sido diferida, o arrendatário poderá voltar a diferir o seu pagamento. Isto poderá igualmente ser efetuado às rendas vencidas em 2021, correspondentes aos meses em que o estabelecimento se encontrar encerrado, devendo ser comunicada essa decisão ao Senhorio por escrito, através de carta registada para a morada disposta

---

<sup>108</sup> Medida presente na Lei n.º 75-A/2020 de 30 de dezembro.

<sup>109</sup> Medida presente na Lei n.º 75-A/2020 de 30 de dezembro.

no contrato de arrendamento com aviso de receção, nos 20 dias após a entrada em vigor da Lei n.º 75-A/2020, de 30 de dezembro.

Caso isso aconteça, o período de regularização da dívida será de 1 de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2023, devendo ser paga em 24 prestações sucessivas (correspondentes a 1/24 do montante em dívida), juntamente com o valor da renda do mês em causa (ou até ao oitavo dia do calendário de cada mês, no caso de renda não mensal).

Poderá ser igualmente requerido o apoio mencionado no ponto 27.1. “Apoio a fundo perdido em custos com rendas não habitacionais”.

### 27.2.2. Acesso ao APOIAR.PT

Estes estabelecimentos poderão ter acesso ao Apoiar.pt majorado, válido para empresas que já tenham apresentado a sua candidatura, sendo que o apoio será de 50%, mas sim o valor dirigido às empresas da tipologia imediatamente superior, até:

- a) Um limite de 40.000 € para microempresas, recebendo a fundo perdido 20% da sua faturação.
- b) Um limite de 100.000 € para pequenas empresas.

### 27.3. Linha de crédito destinada a inquilinos e senhorios<sup>110</sup>

Esta linha de crédito visa auxiliar os inquilinos cujo pagamento de rendas se encontraram suspensos durante o ano de 2020 e que teriam de iniciar o pagamento das mesmas a partir de janeiro de 2021.

Os inquilinos poderão ter acesso a financiamento, no sentido de poderem pagar essa renda, sendo também um incentivo aos senhorios, que recebendo o pagamento das rendas atrasadas podem efetuar um desconto sobre esse montante.

---

<sup>110</sup> Medida a aguardar publicação em Diário da República.

O facto de os inquilinos já terem acedido a outros créditos não será critério de exclusão para a adesão a esta linha de crédito específica.

Os estabelecimentos que se encontram encerrados por decreto legal são elegíveis para esta linha de crédito para arrendatários, com prazo de reembolso até 6 anos e carência de 12 meses.

#### 27.4. Apoio simplificado para microempresas<sup>111</sup>

Este regime de apoio às microempresas foi criado maioritariamente para apoiar as empresas que tenham uma quebra comprovada de faturação superior a 25%, sendo que estas podem optar entre o regime de apoio a retoma progressiva e este apoio simplificado, dado que este incentivo não pode ser atribuído em simultâneo com o apoio à retoma progressiva.

As microempresas poderão beneficiar de um valor correspondente a 2 Salários Mínimos Nacionais por trabalhador/ posto de trabalho, pago em duas tranches no primeiro semestre (serão pagos cerca de € 1300 por cada posto de trabalho).

No entanto, as microempresas beneficiárias têm duas obrigações no âmbito deste apoio: Não poderão efetuar despedimento coletivo, nem extinguir postos de trabalho até dois meses após o final do apoio.

#### 27.5. Fundo de tesouraria para micro e pequenas empresas<sup>112</sup>

Esta Linha visa, sem intervenção bancária, fazer crédito direto às micro e pequenas empresas.

O prazo de reembolso é de até 5 anos, com um período de carência de 18 meses.

#### 28. Cumprimento de obrigações fiscais<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> Medida a aguardar publicação em Diário da República.

<sup>112</sup> Medida a aguardar publicação em Diário da República.

<sup>113</sup> Conforme Decreto-Lei n.º 103-A/2020 de 15 de dezembro.

Foi alterado o Regime complementar de diferimento de obrigações fiscais relativas ao primeiro semestre de 2021, no âmbito do IVA, para sujeitos passivos que tenham obtido um volume de negócios até € 2 000 000 em 2019, ou, ainda, que tenham iniciado ou reiniciado a atividade a partir de 1 de janeiro de 2020.

Esta alteração, dirigida a todas as empresas do regime trimestral (incluindo Empresários em Nome Individual) e a todas as empresas do regime mensal, permite que o valor possa ser pago de forma integral até ao termo de pagamento voluntário ou em 3 ou 6 prestações mensais, de valor igual ou superior a € 25, sem juros.

De modo a poder usufruir deste diferimento os sujeitos passivos devem declarar, através do seu contabilista certificado, a partir do e fatura, uma diminuição da faturação em pelo menos 25% ao nível da média mensal em 2020 relativamente ao período homólogo.

**Nota:**

Ao nível das obrigações fiscais encontram-se igualmente suspensas execuções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira e por parte da Segurança Social no primeiro trimestre de 2021.

### 28.1. Prorrogação da suspensão de verificação do requisito de não existência de dívidas ao IEFP<sup>114</sup>

No âmbito da aprovação de candidaturas efetuadas a programas do IEFP, por parte de entidades candidatas ou promotoras, assim como no âmbito da realização de pagamentos de apoios financeiros pelo IEFP, é prorrogada a suspensão de verificação do requisito de não existência de dívidas ao IEFP, não sendo relevantes as dívidas contraídas desde 1 de março de 2020 até 30 de junho de 2021.

## 29. Tabela - Resumo de medidas de Apoio ao Emprego - 2021

Medida	Dirigida a
<b>Layoff Simplificado</b> – como medida transitória relativamente ao Apoio à Retoma Progressiva. Entidade empregadora paga 19.8% do salário	Encerramento da Atividade

<sup>114</sup> Informação disposta na Portaria n.º 309/2020 de 31 de dezembro.

dos seus trabalhadores, seja em redução de PNT seja em suspensão do contrato de trabalho, sendo o restante coberto pela Segurança Social. Isenção de TSU. Durará apenas durante o período de confinamento e de encerramento da atividade.	
<b>Apoio à Retoma Progressiva</b> - Possibilidade de redução do horário de trabalho até 100% (durante o 1º semestre de 2021).	Quebra de faturação Abrange Sócios-gerentes (das empresas que estejam inclusas neste apoio e façam descontos para essas mesmas empresas)
<b>Redução contributiva (TSU) de 50%</b>	Micro, pequenas e Médias empresas
<b>Apoio simplificado para Microempresas</b> - € 1.330 por trabalhador/ posto de trabalho	Microempresas
<b>Apoio à Redução da Atividade</b> <b>Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores</b> (cerca de € 500 / mês) – medida incluída no OE 2021.	Trabalhadores independentes
<b>Apoio à Redução da Atividade</b> <b>Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva</b>	Sócios-gerentes
<b>Apoio Extraordinário ao Rendimento dos Trabalhadores</b> (cerca de € 500 / mês) – medida incluída no OE 2021.	Trabalhadores em situação de desproteção social Trabalhadores do Serviço Doméstico
<b>Tanto em Lay Off como no Apoio à Retoma Progressiva</b> , os Trabalhadores com remunerações até € 1.995 (3 SMN) recebem a 100%.	Trabalhadores por conta de outrem
<b>Apoiar – micro e pequenas empresas – apoio no valor de 20%</b> da quebra de faturação de todo o ano de 2020, até ao limite de € 12.500 por microempresa e € 68.750 por pequena empresa (Incluindo apoios extraordinários)	ENI com contabilidade organizada, micro e pequenas empresas
<b>Apoiar – Médias empresas</b> – apoio no valor de 20% da quebra de faturação, até um limite de € 168.750 por empresa (Incluindo apoios extraordinários)	Médias empresas e grandes empresas, com faturação inferior a € 50 M.
<b>Apoiar + Simples</b> - apoio no valor de 20% da quebra de faturação, até um limite de 5 mil € por ENI, incluindo apoio extraordinário até € 1.000.	ENI em regime de contabilidade simplificada, com trabalhadores a cargo
<b>Apoiar – Rendas</b> - apoio de valor dependente da quebra de faturação, para 6 meses de rendas. Caso a quebra de faturação seja entre 25% e 40%, o apoio será de 30% da renda mensal até € 1.200/mês (até € 7.200 por estabelecimento). Caso a quebra de faturação seja superior a 40%,	ENI, PME e grandes empresas com volume de negócios inferior a € 50M.

o apoio será de 50% da renda mensal até € 2.000/mês (até € 12.000 por estabelecimento).	
<b>APOIAR Restauração</b> - apoio correspondente a 20% das perdas que sejam registadas durante a suspensão da atividade, comparativamente ao período de atividade quando não existia a suspensão da mesma.	Pequenas e Médias Empresas, assim como empresas que empreguem 250 pessoas ou mais com volume de negócios não superior a € 50 milhões.

### 30. Apoios no âmbito da Cultura – 2021

#### 30.1. Programa Garantir Cultura

Este programa, com valor global de € 42M e sem necessidade de concurso, destina-se a entidades coletivas do setor da cultura e a profissionais do setor da cultura (pessoas singulares), de modo a mitigar os efeitos da crise pandémica neste setor.

#### 30.2. Apoio a trabalhadores da Cultura

Irá ser atribuído a todos os trabalhadores que tenham CAE principal e IRS na área da Cultura, o valor de **1 IAS por trabalhador (€ 438,81)**.

Este apoio é cumulável com outros apoios fornecidos pela Segurança Social e com Lay Off Simplificado.

### 31. Apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores<sup>115</sup>

Este apoio visa auxiliar trabalhadores residentes em território nacional que perderam os seus rendimentos de trabalho e não possam aderir ao subsídio de desemprego ou que o mesmo tenha terminado.

<sup>115</sup> Conforme informação disposta na Portaria n.º 19-A/2021 de 25 de janeiro.

### **Beneficiários<sup>116</sup>**

De modo a poder ter acesso deve ser provada a insuficiência económica, e para isso os trabalhadores devem ter rendimentos abaixo do limiar da pobreza.

Podem aceder a este apoio trabalhadores e membros de órgãos estatutários que se enquadrem nas seguintes situações a partir de 1 de janeiro de 2021:

1. Trabalhadores por conta de outrem: trabalhadores independentes, membros de órgãos estatutários com funções de direção e trabalhadores do serviço doméstico cuja prestação de proteção no desemprego termine após 1 de janeiro de 2021 ou que não tenham acesso à prestação, mas tenham três meses ou mais de contribuições nos 12 meses imediatamente anteriores à situação de desemprego.
2. Trabalhadores independentes e trabalhadores do serviço doméstico com que tenham três ou mais meses de contribuições nos 12 meses imediatamente anteriores ao requerimento do apoio. Devem igualmente apresentar uma quebra do rendimento relevante médio mensal superior a 40 % no período de março a dezembro de 2020, face ao rendimento relevante médio mensal de 2019 e, cumulativamente, entre a última declaração trimestral disponível à data do requerimento do apoio e o rendimento relevante médio mensal de 2019.
3. Trabalhadores estagiários ao abrigo da medida de estágios profissionais.
4. Trabalhadores em situação de desproteção económica e social que não tenham acesso a outro mecanismo de auxílio e que se vinculem ao sistema de segurança social como trabalhadores independentes. Essa vinculação deverá ser mantida durante a prestação do apoio, assim como nos 30 meses seguintes.

---

<sup>116</sup> Informação presente no art. 156º nº2 da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro.

5. Gerentes de micro e pequenas empresas (com participação ou não no capital da empresa) , membros dos órgãos estatutários de fundações, associações ou cooperativas e Empresários em Nome Individual , abrangidos nas respetivas qualidades perante a Segurança Social, que três meses seguidos (pelo menos) ou seis meses interpolados de contribuições nos 12 meses imediatamente anteriores ao requerimento do apoio. Devem igualmente encontrar-se em paragem comprovada da sua atividade, e declarar através de certidão de contabilista certificado uma quebra de pelo menos 40% nos últimos 30 dias anteriores ao pedido de apoio, com referência à média mensal dos dois meses anteriores a esse período, ou face ao período homólogo do ano anterior. Para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, deverá ser efetuada média desse período.

**Valor<sup>117</sup>:**

**Este apoio tem um valor mínimo de € 50, exceto quando:**

- a) a perda de rendimentos do trabalho foi superior a 1 IAS, o apoio tem como limite mínimo 0,5 IAS;
- b) a perda de rendimento do trabalho se situar entre 0,5 IAS e 1 IAS, o apoio tem como limite mínimo 50 % do valor da perda.

**Valores atribuídos:**

**Trabalhadores por conta de outrem e de serviço doméstico - € 501,16**

**Trabalhadores independentes e sem acesso a prestação de desemprego - valor da quebra do rendimento relevante médio mensal entre a última declaração trimestral disponível à data do requerimento do apoio e o rendimento relevante médio mensal de 2019, sendo € 501,16 o valor limite.**

**Trabalhadores que tenham três meses de contribuições nos 12 meses imediatamente anteriores ao requerimento do apoio e que apresentem uma quebra do rendimento relevante médio mensal superior a 40 % no período de março a dezembro de 2020 - 2/3 do valor da quebra do rendimento**

---

<sup>117</sup> Informação presente no art. 156º nº3 a nº8 da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro.



relevante médio mensal entre a última declaração trimestral disponível à data do requerimento do apoio e o rendimento relevante médio mensal de 2019, sendo € 501,16 o valor limite.

**Os trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores do serviço doméstico, trabalhadores independentes e membros de órgãos estatutários com funções de direção, cuja prestação de proteção no desemprego termine após 1 de janeiro de 2021** - nos primeiros 6 meses, o apoio é concedido sem verificação da condição de recursos, num valor correspondente ao subsídio de desemprego que auferia à data da sua cessação ou que teria direito, com valor limite de € 501,16.

**Gerentes das micro e pequenas empresas, empresários em nome individual e membros dos órgãos estatutários** – Apoio correspondente a:

- a) Ao valor da remuneração registada como base de incidência contributiva, nas situações em que esse valor é inferior a 1,5 IAS;
- b) A dois terços do valor da remuneração registada como base de incidência contributiva, nas situações em que esse é superior ou igual a 1,5 IAS.

#### **Adesão ao Apoio:**

- Os Trabalhadores podem requerer o apoio através da Segurança Social Direta.
- Deve ser atualizada a informação relativa ao agregado familiar, adicionando novos membros de agregado familiar caso tal seja necessário. Deverá ser mencionada a relação entre o membro do agregado familiar e o requerente do apoio.
- Caso não tenha agregado familiar registado, o sistema irá indicar essa informação, assim como a possibilidade de adicionar membros de agregado familiar.
- Devem ser atualizados os rendimentos do agregado familiar no ano de 2020, passo no qual todos os membros do agregado devem aceder à Segurança Social Direta e proceder à atualização.
- Dado que o sistema irá precisar de autorização para ver os rendimentos, todos os membros do agregado devem proceder a essa mesma autorização.
- Devem ser declaradas as seguintes categorias de rendimentos (se aplicável) – Trabalho Dependente, Trabalho Independente, Rendimentos de Capitais, Património Imobiliário (sendo

esta categoria de cariz obrigatório) , Rendimentos Prediais, Pensões e Rendimentos obtidos no estrangeiro.

- A categoria de Património Imobiliário deve ser preenchida mesmo que não tenha Património Imobiliário. Caso não tenha valores a declarar a 31 de dezembro de 2020, deve declarar valor zero (0).
- Na categoria de Pensões, se os valores do ano de 2020 forem diferentes dos correspondentes ao ano de 2019, estes devem ser declarados, assim como caso seja novo pensionista no ano de 2020.
- Terminado o preenchimento, o sistema permite consultas, correções e anulações.
- Após a atualização do agregado familiar, caso exista trabalho não declarado nos anos de 2019 e 2020 deve ser declarado o valor dos rendimentos auferidos, assim como a entidade empregadora, caso tenha sido como trabalhador por conta de outrem.
- Apenas devem ser inseridos os dados relativamente ao requerente do apoio no ponto supramencionado.
- Finalmente, pode ser requerido o Apoio na Segurança Social Direta.
- Este requerimento deve ser efetuado no mês seguinte ao do mês de referência do apoio.
- A resposta positiva ou negativa à candidatura ao apoio será entregue por via eletrónica.

#### Obrigações<sup>118</sup>:

- Trabalhadores em situação de desproteção económica e social que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de proteção social ficam enquadrados no regime dos trabalhadores independentes.
- Durante o pagamento do apoio e nos 30 meses seguintes o trabalhador independente mantém a atividade aberta, assim como as obrigações contributivas e declarativas, considerando o valor do apoio extraordinário como rendimento mínimo mensal de prestação de serviços.
- Em caso de desistência do apoio deverá ser devolvido o valor pago no prazo máximo de 12 meses.

---

<sup>118</sup> Art. 7º Portaria n.º 19-A/2021 de 25 de janeiro.

### **Pagamento<sup>119</sup>:**

O apoio previsto é pago **até dezembro de 2021**, com o **período máximo de 12 meses** para:

Os trabalhadores por conta de outrem, incluindo os trabalhadores do serviço doméstico, os trabalhadores independentes e os membros de órgãos estatutários com funções de direção, cuja prestação de proteção no desemprego termine após 1 de janeiro de 2021 e para os trabalhadores que ficaram em situação de desemprego, sem acesso à respetiva prestação, e que tenham (pelo menos) três meses de contribuições nos 12 meses imediatamente anteriores à situação de desemprego. Os trabalhadores nestas condições que se encontrem possibilitados de receber prestação de desemprego podem requerer um complemento extraordinário, que corresponde à diferença entre o valor desse subsídio e o valor a que teriam direito do apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores.

O apoio será **pago em seis meses**, seguidos ou interpolados, para **os restantes trabalhadores**.

Os gerentes das micro e pequenas empresas que tenham ou não participação no capital da empresa, empresários em nome individual e membros dos órgãos estatutários de fundações, associações ou cooperativas com funções equivalentes têm o seu apoio com a duração de um mês, prorrogável mensalmente, até um máximo de seis meses.

### **Notas adicionais:**

Trabalhadores com dependentes a cargo que não se encontrem em insuficiência económica têm direito a um montante adicional do abono de família dos dependentes que a ele tenham direito (até ao 3.º escalão), uma vez a cada semestre.

Foram também prorrogados, por um período de 6 meses, as prestações de subsídio de desemprego que terminavam no ano de 2021. Quando a prorrogação terminar, os beneficiários desta prorrogação podem aceder a este Apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores, desde que se encontrem em situação de desproteção económica.

---

<sup>119</sup> Informação presente no art. 156º nº 12 da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro.

Este apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores não é cumulável com outras prestações de desemprego, por cessação ou redução de atividade, ou prestações de compensação retributiva por suspensão do contrato. Também não é cumulável com outros apoios atribuídos no âmbito da resposta à pandemia por COVID-19.